

Benfica

A história, as características e a vida no bairro onde nasceu a Universidade Federal do Ceará



Saúde

Projeto de extensão combate o câncer através da educação

Desenvolvimento

Série de reportagens analisa impactos de empreendimentos do Complexo Portuário do Pecém



Todo
seu



PRESERVE A NATUREZA SEM DEIXAR QUE O SEU DINHEIRO ENTRE EM EXTINÇÃO.



Abra a sua BB Conta Universitária,
receba um Ourocard Internacional
e um limite de até R\$ 800¹, que pode
ser distribuído entre a sua conta
e o seu cartão.

Banco do Brasil. 200 anos fazendo o futuro.

bb.com.br/universitario

BANCO DA ANDREA

¹ Sujeito a aprovação cadastral.



Reitor
Prof. Jesualdo Pereira Farias

Reitoria
 Av. da Universidade, 2853
 60020-181 - Fortaleza - CE
 Fone: (85) 3366.7311
 Internet: www.ufc.br
 E-mail: reitor@ufc.br

Coord. de Comunicação Social e Marketing Institucional
Paulo Mamede
 Fone: (85) 3366.7319

Assessor de Comunicação Institucional
Italo Gurgel
 Fone/Fax: (85) 3366.7330
 E-mail: ufcinforma@ufc.br

Revista Universidade Pública
 Av. da Universidade, 2910
 Benfica - Fortaleza - Ceará
 CEP: 60020-181
 Fone/Fax: (85) 3366.7319
 revistaufc@gmail.com

Editora
Ana Rita Fonteles
 CE01169JP
 Reportagens
Naara Vale
 CE0183JP
Raimundo Madeira
 CE01221JP

Fotos
Júnior Panela
 CE00100RF
 Arquivo Nirez
 Estagiário de Fotografia da UP
Davi Pinheiro
 Projeto Gráfico
Diego Normandi
 Tiragem
 5.000 exemplares
 Periodicidade
 Bimestral
 CTP e impressão
 Expressão Gráfica



NOSSA CAPA

Montagem sobre fotos do Arquivo Nirez

Mergulho nas origens

Nos últimos anos a UFC cresceu a olhos vistos. Aumentou seu número de cursos, de alunos, professores e servidores, mas principalmente sua área física se expandiu. Hoje existem campi na Região do Cariri e em cidades como Sobral e Quixadá. Mas em nossa reportagem especial, optamos não por falar do novo ou do que será construído, ampliado. Decidimos mergulhar naquilo que é intrínseco, original, identitário. Optamos por nos voltar para as nossas raízes, examinando e reexaminando o lugar de origem da Universidade, o bairro Benfica. Há tempos desejávamos realizar essa pauta porque acreditávamos ser importante discutir o sentido do nascimento e a relação de uma Instituição tão fundamental, para o nosso Estado, com Fortaleza. Quais os impactos sofridos pelo bairro com a instalação e quais as características absorvidas pela Universidade nessa permuta com um lugar tão *sui generis*? Afinal, que bairro é esse em que tradição, cultura, boemia e resistência andam de mãos dadas?

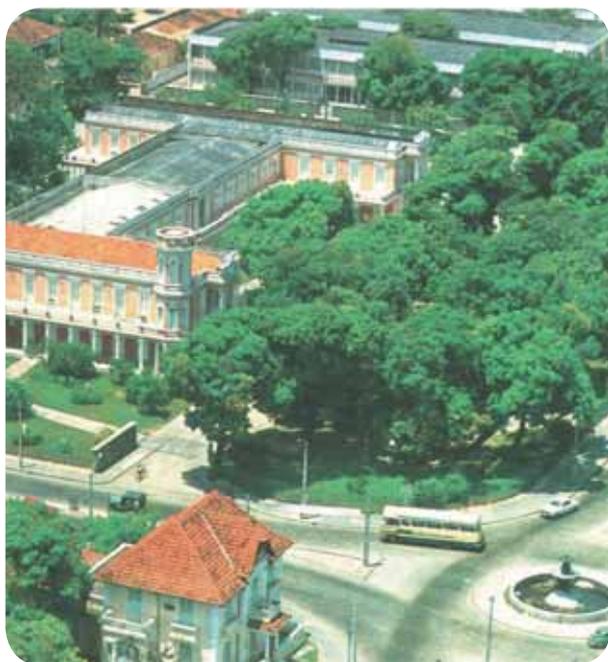
Na entrevista principal, o produto de nossa conversa com a secretária de Educação do Estado, Isolda Cella. Ela fala sobre a grave situação da educação básica no Ceará e das metas da atual gestão para reverter índices negativos de aprendizagem. Em destaque, a discussão sobre a participação da Universidade Federal do Ceará na elaboração, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas para a área.

Iniciamos também nessa edição uma série de reportagens sobre os novos projetos para o Complexo Portuário do Pecém e os diversos aspectos envolvidos no desenvolvimento pretendido para o Estado. A criação de uma siderúrgica e de uma termelétrica, movida a carvão mineral, junta-se a outros empreendimentos já instalados no lugar e provocam a comunidade universitária a pensar sobre questões como geração de empregos e riquezas, mas também sobre a relação destes com a natureza e com as comunidades locais. E é com este último assunto que damos início a nossa série jornalística. Pesquisadores da UFC discutem problemas ambientais e sanitários envolvidos no projeto e algumas alternativas para minorá-los. Na próxima edição, abordaremos a formação de pessoal qualificado para trabalhar nessas novas áreas e como a Universidade está se movimentando para isso.

Voltando a falar de novos espaços, você conhecerá um pouco mais sobre o projeto do Instituto de Cultura e Arte (ICA), a mais recente unidade acadêmica criada na Universidade. Na área de extensão, um projeto pioneiro e essencial é cada dia mais reconhecido: o Grupo de Educação e Estudos Oncológicos (Geeon), que atua no combate e esclarecimento sobre o câncer. Duas reportagens são destinadas a novidades na área de pesquisa. Na primeira, você conhecerá detalhes de estudo realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (Caen), que aponta a redução da pobreza em nosso Estado. Na segunda, você saberá um pouco mais das áreas de estudo do Programa de Pós-Graduação em Teleinformática.

Aguardamos suas críticas e sugestões de pauta via e-mail ou carta. Até a próxima edição e boa leitura!

Ana Rita Fonteles
 EDITORA UP



16 CAPA

O LUGAR DE ORIGEM

O Benfica, bairro onde nasceu a UFC, é marcado pela relação com a educação, a cultura, o esporte e a boemia. Moradores, urbanistas e pesquisadores revelam facetas desse lugar *sui generis*

5 ENTREVISTA ISOLDA CELLA

A secretária de Educação do Estado do Ceará, Isolda Cella, fala sobre sua gestão e discute a participação da UFC na proposição de políticas para a melhoria dos índices educacionais



14

EM NOVO ENDEREÇO

Demora na renovação de convênio com a Prefeitura Municipal de Fortaleza faz projeto Parque Vivo se instalar no Labomar



26

DISCUTINDO O DESENVOLVIMENTO

Série de reportagens discute os impactos dos novos empreendimentos do Complexo Portuário do Pecém.



30

QUE LÍNGUA É ESSA?

Cresce interesse pelo estudo de idiomas pouco convencionais. Na UFC, Esperanto, Grego e Latim atraem os mais diferentes públicos



34

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Grupo de Educação e Estudos Oncológicos (Geeon) usa educação e comunicação no combate ao câncer



A qualidade como desafio

Ter quase 100% das crianças cearenses matriculadas em escolas foi um dado bastante utilizado nas últimas décadas por peças de propaganda dos sucessivos governos estaduais. A realidade, no entanto, mostraria que se essa presença era real ela não se dava com a devida qualidade. Sucessivas pesquisas e relatórios mostraram e mostram sérias deficiências de aprendizagem que só se acumularam ao longo do tempo. Assim não é difícil ver, de vez em quando, a sociedade assustada diante de dados como os que mostram que 70% dos alunos de quarta série, na rede pública, não têm domínio do português ou que 20% dos alunos do Ensino Médio abandonam os estudos antes do fim.

Garantir a qualidade do ensino dado aos pequenos desde a alfabetização, recuperar os alunos com problemas de aprendizagem em séries mais avançadas, e ainda tornar o Ensino Médio atrativo com uma proposta de profissionalização diferenciada. Esses são os desafios colocados para a atual gestão da Secretaria de Educação do Estado (Seduc). Isolda Cella, a titular da pasta, diz que a meta é, ao final da gestão, ter melhorado os índices mostrados em pesquisas sobre a qualidade da Educação no Estado. “A grande questão é o acompanhamento, ver se isso está rendendo resultados. O que chamo de resultados é escola ensinando e aluno aprendendo”.

Para alcançar melhores índices que gestões anteriores, ela aposta em mudanças com acompanhamento dos resultados das avaliações e intervenções feitas com bases nessas amostragens. Mas outro ponto importante, segundo ela, é garantir a responsabilização de gestores sobre os resultados obtidos e ampliar a participação da sociedade civil nas ações pela melhoria dos indicadores. A Universidade Federal do Ceará (UFC) tem se mostrado parceira importante de algumas ações articuladas a partir de políticas federais, fazendo interlocução entre Estado e municípios e pautando políticas que já extrapolaram as fronteiras do Estado. Saiba como está se dando essa participação lendo a entrevista que segue.



Universidade Pública – Nas últimas décadas, nos acostumamos a ver a propagação sobre a educação no Ceará alardeando a presença de pelo menos 97% das crianças matriculadas nas escolas. Mas a análise dos resultados dessa educação aponta que, se essa presença era real, não existia qualidade. Quase 70% de crianças na quarta série não têm domínio do português, e há 20% de evasão no Ensino Médio. A senhora diria que esses índices apontam para uma situação trágica?

Isolda Cella – É uma situação bastante grave. Não é uma particularidade do Ceará, mas nosso País como um todo enfrenta essa situação e a tarefa de reversão de indicadores muito ruins. O Brasil, mesmo quando se coloca em comparação com seus parecidos, países ditos emergentes, tem indicadores muito rebaixados e o Nordeste, infelizmente, ainda é o campeão dos maus resultados. Se o resultado no geral é ruim, o Nordeste sempre repuxa o resultado mais para baixo. Não é por acaso, não é porque somos ruins ou o Nordeste é a parte pior do Brasil. Tem toda uma explicação, uma história que faz com que essa desigualdade econômica se reverta em resultados educacionais muito ruins. Vejo que hoje, especialmente, se coloca para nós uma tarefa de olhar esses resultados com realidade e consciência clara do que eles representam e mobilizar o empenho de todos, cada um cumprindo a parte que lhe cabe, para que possamos colocar a escola pública em outra rota,

outro movimento que não seja esse descendente, que se verifica ao longo dos últimos anos. Descendente em termos de resultado. Vejo que garantir o acesso à escola, abrir o espaço da escola para os filhos da população trabalhadora é importante. Infelizmente, isso não se coordenou com a melhoria da qualidade. Houve descompasso muito grande.

UP – A senhora poderia apontar especificamente onde essas políticas foram falhas no que toca à qualidade?

IC – Uma das questões que a gente não pode deixar de pontuar é o financiamento. Ele tem um peso na composição com outros elementos. Hoje, no Governo Lula, há uma sinalização muito promissora com relação à melhoria do financiamento. O próprio Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e outras medidas que estão em movimento para que nós possamos ter uma situação de financiamento mais confortável. Mas o financiamento por si só não resolve. Com o dinheiro que se tem os resultados poderiam ser melhores. Tem a questão mesmo da responsabilização pelos resultados do serviço público oferecido, na educação especialmente, por ser um processo permanente, com repercussões. Se as coisas não vão bem no começo, vira uma bola de neve. Tem tendência a comprometer gerações. A gravidade da educação é essa: compromete uma geração inteira se o processo não é bem estruturado. O

financiamento precisa estar aliado à responsabilização dos atores envolvidos e a processos de gestão eficiente. Vemos como ponto fragilíssimo de nossos sistemas educacionais, no âmbito estadual, municipal e mesmo no âmbito federal, os sistemas de gestão, ao longo do tempo, apesar dos esforços. Não joga as coisas no lixo não. Não sou desse time. Coisas importantes foram feitas para se estar hoje na condição que se tem, mas tem que aliar os três pilares: financiamento, responsabilização e gestão eficiente, tanto no âmbito dos sistemas como na gestão escolar. Se não houver uma visão e uma boa eficiência de gestão, o recurso vai embora sem ter resultados. A grande questão é o acompanhamento, ver se isso está rendendo resultados. O que chamo de resultados é escola ensinando e aluno aprendendo. Essa é a medida essencial de todos esses serviços. Se não tiver um processo de gestão eficiente o resultado fica descolado das ações. Trabalha-se muito, gasta-se dinheiro, muita gente com boa vontade, muita emoção de alguns e resultados pífios.

UP – A senhora falou de gerações que se perdem. Nessa gama de projetos que estamos vendo, em nível estadual e federal, se considera algum tipo de recuperação dessas gerações recentes que, de certa forma, já estão comprometidas, ou se está pensando só daqui para frente?



IC – Os dois campos precisam ser focalizados. Tem, hoje, uma população de crianças, jovens e adultos nos bancos escolares com níveis de proficiência baixíssimos. Se você pega o terceiro ano do Ensino Médio, que é o final da Educação Básica, aquele momento em que o jovem deveria estar preparado para a escolha da profissão ou a inserção no mercado de trabalho, temos algo muito diferente disso. Temos alunos com dificuldades seriíssimas nas linguagens básicas, no Português e na Matemática. Não estou nem falando de Informática, Inglês e Espanhol. Isso já é um grande nó que se verifica. Eles estão aí, vida real, e nós temos responsabilidade diante disso. E temos feito um grande esforço de ações de recuperação dessas deficiências e também na oferta de novas perspectivas no Ensino Médio para garantir uma saída mais qualificada. Estamos com uma ação que chamamos de Primeiro Aprender, em que o foco são os alunos do primeiro ano do Ensino Médio. Há material e capacitação de professores voltada para que todas as disciplinas estabeleçam confluência com leitura, a capacidade de ler, interpretar o que lê, e a possibilidade de recuperação dos conteúdos básicos de Matemática. Esses dois eixos são pré-requisitos para que eles possam aprender qualquer outra coisa nas outras áreas. Isso foi muito bem aceito pelas escolas, pelos professores, e estamos aprimorando, em processo de avaliação. Vamos ter seminários envolvendo representação de professores, diretores, coordenadores pedagógicos, para que eles possam se integrar cada vez mais na construção da proposta que é, na verdade, uma intervenção no currículo, de forma que as ações de sala de aula possam responder com mais efetividade pela aprendizagem. E temos proposta de educação profissional, articulada com o Ensino Médio. É algo que se insere na visão sistêmica da Secretaria da Educação a partir dessa gestão. É compromisso do Governo. Essa qualificação profissional não está só no âmbito da Secretaria. Temos par-

cela de responsabilidade, mas temos como parceiros outras secretarias do Governo, o Cefet, o Sistema S. Iniciamos, este ano, com 25 escolas de educação profissional que oferecem o Ensino Médio integrado à educação profissional. O aluno ingressa no primeiro ano e já é um curso técnico que, além dos conteúdos exigidos para a formação, tem também o certificado. Ele já poderá se inserir no mercado de trabalho com qualificação diferenciada. Além dessas escolas tem outras possibilidades de articulação de nossa matrícula de Ensino Médio com

“A distância entre o que os exames revelam e onde os alunos deveriam estar aumenta ao final de cada ciclo. Se esse conserto não for feito no início, vamos sempre nos debater com o mesmo tipo de problema”

a educação profissional através de modalidades concomitantes. O aluno está no ensino regular, mas cursa o Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica) em nível técnico ou no próprio Centec (Instituto Centro de Ensino Tecnológico) ou Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Vamos nos empenhar para garantir essa articulação em todos os municípios em que for possível. É claro que essas ações têm uma série de medidas que são meios: melhorar a situação do professor, melhoria das escolas, dos equipamentos, aumento de laboratório, acervo de bibliotecas. Mas não é disso que temos de fazer propaganda. Precisamos ver se está dando resultado, se tem nota de prova subindo, se nossos resultados no Espace (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do

Ceará), no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), na Prova Brasil, se vai melhorar, se o abandono vai ser resolvido.

UP – Como plano de metas, ao final da gestão, o que vocês querem apresentar?

IC – Os municípios hoje atendem a cerca de 90% das matrículas do Ensino Fundamental. O Estado atende diretamente a 10% da matrícula, especialmente oitavo e nono anos. A gente está pensando em articular com os municípios esse Primeiro Aprender, tendo sucesso, se mostrando efetivo para melhorar a aprendizagem. Queremos dar uma ampliada nisso e oferecer aos municípios para que eles possam implantar também em séries do Ensino Fundamental. Nossa expectativa é que possamos ter aumento do resultado da Prova Brasil, do Saeb. Tem também nosso Espace que é a avaliação estadual. Só precisa ser melhor utilizada. Esse é o esforço agora, que isso vire material de estudo e de reflexão dentro de cada escola. Se for mais uma avaliação que fica só por isso, sai no jornal, o povo se admira alguns dias e depois pronto... Temos expectativa de elevação de resultados desses exames. Nada mirabolante. Nós nos comprometemos com ação de correção, novo jeito de começar a escolarização, que é a responsabilidade com a alfabetização das crianças. Às vezes, as pessoas não têm a dimensão disso. Tem gente que acha que é uma coisa óbvia e não é. É a porta de entrada. E é o fato dessa alfabetização não estar acontecendo que gera toda uma série de mazelas e de problemas que, depois para consertar é muito difícil. Por décadas, no Brasil, se constatou, a cada dois anos, que os alunos terminavam a quarta série sem saber ler, e isso persevera. Essa distância entre o que os exames revelam e onde eles deveriam estar aumenta ao final de cada ciclo. Se esse conserto não for feito no início, vamos sempre nos debater com o mesmo tipo de problema. E nós

vamos sempre ter jovens e adultos para alfabetizar. Sempre vamos ter no mínimo analfabetos funcionais. O Governo lançou um programa chamado Alfabetização na Idade Certa que é o PAIC. Está aí, desde o ano passado, e foi lançado inclusive com a presença do Ministro da Educação e conta com uma parceria importante: Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará), Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), Aprece (Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará), com as universidades. E nós temos a adesão de 100% dos municípios. Estamos com todo o circuito de capacitação, de transferência de tecnologia, de apoio financeiro para essas ações. O Espaece teve três inovações importantes. Passou a avaliar as crianças de sete anos, de segundo ano. Ano passado, em dezembro, já foi aplicada essa avaliação censitária em todos os municípios. Aquela salinha com sete alunos, oito alunos, foi avaliada. Temos esse resultado divulgado. A situação realmente é muito ruim. Temos praticamente mais de 50% das crianças em níveis muito insatisfatórios dentro das aprendizagens. Terminaram o segundo ano sem aquisição de habilidades básicas para dominar a leitura e a escrita. Mas temos otimismo pelo que estamos percebendo de mobilização nos municípios. O Estado garantiu material em capacitação e serviço para os professores. O Governo não está inventando a roda. Está simplesmente aderindo como princípio a importância de se responsabilizar, de se co-responsabilizar com os municípios pela ação das políticas públicas. A Secretaria da Educação do Estado é responsável pelos produtos da Educação Básica, esteja ela sob responsabilidade do município ou diretamente do Estado. Só que com os municípios nossa relação é de co-responsabilização, respeitando as autonomias e as competências. Temos recebido do Governo Federal todo o apoio para isso. O Governo tem estado como ponto de apoio, de intermediação e articulação para as ações que preci-

sam chegar aos municípios. Outro movimento importante que vejo na política do Ministério da Educação é o envolvimento e mobilização das universidades federais para que se aproximem cada vez mais dos sistemas públicos de educação. E aqui no Ceará temos tido essa sorte; um diálogo muito bom com a Universidade.

UP – A senhora poderia falar um pouco do papel que a UFC tem hoje na elaboração das políticas?

“Temos praticamente mais de 50% das crianças em níveis muito insatisfatórios dentro das aprendizagens. Terminaram o segundo ano sem aquisição de habilidades básicas para dominar a leitura e a escrita”

IC – O papel é bastante importante. Não precisamos demandar isso e apelar. Já tivemos toda uma compreensão e compromisso por parte da Universidade Federal do Ceará, seja no primeiro momento com o professor Ícaro, e toda a sua equipe, e, no momento atual, percebemos a mesma continuidade nesse diálogo. O Governo Federal estabeleceu como mecanismo de relacionamento entre Estados e municípios a elaboração de um plano que foi chamado de Plano de Ações Articuladas. É uma intenção do Governo acabar com aquele balcão de projetos. Ele começou a ver que os projetos eram enviados pelos mesmos municípios que conseguiam aprovar projetos. Os municípios com mais necessidade eram os que menos apresentavam. A forma de relacionamento para buscar apoios técnicos e financeiros mudou. Cada Estado e cada município têm o seu plano. Esse plano envolve o diagnóstico de

cada sistema, de cada rede, e aquilo que representa demanda importante para a melhoria dos dados apontados. A Universidade Federal foi uma parceira bastante importante para a elaboração desses planos. Trabalhamos em parceria, com uma equipe da Secretaria de Educação e uma equipe da UFC para apoiar inicialmente os municípios prioritários, com mais baixo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) definido a partir de um nível de 2.8 para menos. No Ceará tínhamos 36 municípios nessa situação. Mas o trabalho aqui foi tão interessante e tão efetivo que conseguimos apoiar todos os municípios. Tivemos o reconhecimento disso por parte do Ministério dessa ação que foi possível graças à parceria com a Universidade Federal. O Ministério nos solicitou que fizéssemos uma proposta de acompanhamento desse Plano. Fazer o plano é um degrau. O que precisa haver é um acompanhamento para que as ações voltadas para a melhoria da educação possam ter continuidade, sustentabilidade e possam enfrentar bem as mudanças de Governo. A presença da Universidade Federal é fundamental para isso. Porque a UFC, mais que a Secretaria de Educação, pode garantir esse sentido de continuidade, de sustentabilidade. Uma outra agenda importante é a parceria relacionada à formação de professores. Além da UFC e Universidade Aberta do Brasil, estão as estaduais, o Cefet e o Conselho Estadual de Educação. Nossa tarefa hoje é fazer mapa das necessidades, de formação dos professores nas redes públicas estadual e municipais. A perspectiva é que tenhamos um primeiro seminário e que possamos distribuir essa demanda para as instituições formadoras que dispomos no Estado.

UP – O PAIC partiu de uma ação mais ou menos coletiva que envolveu parcerias, terceiro setor. Como a senhora avalia a participação da sociedade civil no esforço pela melhoria da educação no Estado?



IC – Eu sei que o Governo tem suas atribuições que são indelegáveis, mas quando se fala em responsabilização não é só de quem tem o vínculo com a gestão pública. Cabe ampliar isso para outros espaços da sociedade. Temos algumas coisas bem importantes que estão acontecendo, mas ainda são pontuais. Podemos avançar. O que nos anima é ver que onde essa parceria acontece, onde se verifica nível de responsabilização da sociedade, coisas boas aparecem. É muito saudável que haja essa presença e esse compromisso de quem está fora do espaço do Governo. Não é para substituir nem pagar a conta que é do Governo.

UP – Sempre houve uma polêmica com relação ao ensino profissionalizante como a única alternativa oferecida ao estudante pobre no sistema de ensino público. O que a senhora pensa sobre isso e qual o sentido do ensino que vocês estão procurando oferecer?

IC – Percebo que, no Brasil, no meio mais ligado à educação, existe um sentimento de temor com relação à educação profissionalizante na nossa história. O que aconteceu foi meio frustrante. Às vezes tem a história de jogar a criança junto com a água do banho. Compromete-se a idéia em função da forma como ela foi implementada. O fato de ter sido implementada sem a devida base, sem investimento, acompanhamento e comprometimento com os resultados, gerou idéia em muitos de que o ensino é ruim, é para pobre, não presta. A gente precisa corrigir essa perspectiva, há outras. Vemos, em muitos países que têm uma educação básica produzindo bons resultados, a presença importante de oferta de qualificação profissional e que representa pontos fortes do sistema e não fragilidades. Ensino profissional não pode ser confundido com ensino aligeirado, desqualificado, com aquele currículo básico. Não pode ser associado a isso. O Cefet mostra isso, oferece ensino técnico de excelente qualidade que possibilita, com muito

sucesso, a quem termina, ingressar no ensino superior. Queremos fazer algo parecido com o Cefet, em termos de qualidade de formação. O fato de ter a escola de educação profissional não significa cercar ou limitar a rota desses alunos para o ensino superior. Isso não é substituição. Uma das premissas básicas é a educação continuada, não só dos professores, mas dos jovens. Incutir que, pela vida toda, eles são profissionais em formação. Hoje o mundo não tem muito espaço para quem quer parar de estudar, de se qualificar. Vejo indicadores que mostram que países que têm um nível mais desejável de desenvolvimento e de melhores condições de vida têm alto nível de pessoas com formação técnica. Às vezes se constrói uma idéia um tanto irreal de universidade para todos quando isso não tem base de realidade mesmo. Nem nos países que têm condição muito mais favorável que a nossa. Precisamos elevar o padrão de formação nessa dimensão da formação técnica para ancorar o desenvolvimento nas pessoas.

UP – Há grande possibilidade de que projeto do Governo Federal estabelecendo cotas para estudantes da rede pública nas universidades federais seja aprovado no Congresso. O que a senhora pensa desse projeto?

IC – Esse compromisso do Governo de fazer determinados resgates de promissórias a pagar é importante, e vejo que as cotas representam uma das medidas. Acho complexos também alguns critérios de definição, por exemplo, quando passa para a questão da etnia. Por sermos o povo que somos, com as características que temos, fazer determinadas distinções tem uma complexidade. Sou favorável aos alunos das escolas públicas serem beneficiados com estratégia de equidade. Mas precisamos fazer esforço para melhorar a escola. A cota tem seu momento, seu lugar em determinado momento histórico, mas temos que cuidar de serviço público efetivo. É isso que garante a perspectiva de futuro sob novas bases sociais. 

Seara das artes

Até 2010, o Instituto de Cultura e Arte da UFC, recentemente transformado em unidade acadêmica, deverá ter novo endereço. Um projeto arquitetônico prevê a instalação da unidade no Sítio Alagadiço Novo, nas proximidades da Casa de José de Alencar

A UFC ganhou duas novas unidades acadêmicas. O Instituto de Ciências do Mar (Labomar) e o Instituto de Cultura e Arte (ICA), desde o dia 25 de junho, deixaram de ser órgãos suplementares da Universidade e passaram à condição de unidade. No primeiro, estão funcionando o curso de graduação em Oceanografia e a pós-graduação em Ciências Marinhas Tropicais. No outro, estão abrigados os cursos de Estilismo e Moda, Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade e Propaganda), Filosofia e Educação Musical, além das respectivas pós-graduações.

“O ICA é o resgate de uma dívida histórica da UFC com a área de cultura e arte”, define o Pró-Reitor de Graduação da UFC e diretor interino do ICA, Custódio Almeida. Ele ressalta que, enquanto outras áreas de conhecimento há muito tempo já estão estabelecidas na Universidade, até a “criação” do Instituto a cultura e a arte estavam fragmentadas em diferentes departamentos. “A transformação do ICA em unidade acadêmica é a criação de um espaço de agregação dos cursos de graduação na área de cultura e arte”, diz.

Mesmo com o pouco tempo de criação, a unidade já se prepara para receber dois novos cursos: Artes Cênicas e Cinema e Audiovisual, previstos para serem implantados em 2010. A instalação dos cursos e a transformação do ICA em unidade acadêmica são ações pautadas pelo Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que prevê, além da expansão física da Universidade, a ampliação de vagas em antigos e novos cursos.

De acordo com Almeida, uma comissão interdisciplinar (formada por um professor e um aluno de cada curso integrante do ICA) está construindo o projeto pedagógico do ICA, o qual deverá estar pronto até o dia 20 de dezembro. Depois de finalizado, ele será o ponto de referência para qualquer alteração curricular dos cursos.

A expectativa é que com o novo projeto pedagógico, os cursos passem a ter um eixo de formação comum, permitindo a articulação entre projetos de extensão e pesquisas das diferentes áreas do conhecimento. “Não tem muito sentido dizermos que os cursos estão juntos por estarem na mesma unidade acadêmica, mas sem se comunicarem. Estar juntos, para nós, significa ter trabalhos em comum”, justifica o Pró-Reitor.

Já a chefia administrativa da unidade será montada através de consulta à comunidade acadêmica, da mesma forma que é feita a escolha dos dirigentes de Centros. Alunos, professores e servidores poderão participar do processo. Segundo Almeida, a proporcionalidade dos votos segue a mesma da consulta para reitor (70% para professor e 15% para servidores e estudantes), embora o “Instituto tenha autonomia para fazer mudanças que apontem para uma forma mais democrática de eleição”. O assunto, porém, só deve começar a ser pensado após a conclusão do projeto pedagógico do ICA.

Por enquanto, fisicamente, os cursos continuam funcionando em seus antigos locais, porém, administrativamente, respondem ao ICA e não mais aos departamentos ou unidades acadêmicas onde estavam lotados.

Novas instalações e polêmica

A transformação do ICA em unidade acadêmica foi aprovada unanimemente entre os representantes dos departamentos que dele fazem parte. O consenso, entretanto, durou até a hora de decidir onde seriam construídas as novas instalações do Instituto. No então Departamento de Comunicação Social, as discussões sobre a adesão ao ICA tiveram início ainda em junho de 2007. Já no dia 17 de setembro do mesmo ano, 10 professores e três representantes do Diretório Acadêmico aprovaram, por unanimidade (tal como consta em ata da reunião), o ingresso no ICA.

Em uma segunda reunião, na qual seria decidido onde serão construídas as novas instalações do Instituto, foram postos em votação dois locais: o Campus do Pici e o Sítio Alagadiço Novo (terreno próximo de onde está a Casa de José de Alencar). Contando com a presença de 14 professores do curso e diversos membros do corpo discente, por unanimidade, o colegiado optou pelo Sítio Alagadiço Novo.

Pouco tempo depois, entretanto, argumentos contrários à decisão começaram a surgir. Enquanto alguns alunos reclamam da distância e da dificuldade de acesso ao novo local, outros apontam o distanciamento dos principais equipamentos culturais da UFC (Teatro Universitário, Museu de Arte, Casa Amarela e Casas de Cultura, todos localizados no bairro do Benfica, onde está a maioria dos cursos) como fatores que pesam contra a construção das novas instalações no Sítio.

Os estudantes de Comunicação alegam ainda que sua identidade acadêmica maior é com os cursos de Ciências Sociais e Letras, que não aderiram ao ICA e continuarão funcionando no Benfica. Problema similar não foi manifestado pelos cursos de Estilismo e Moda ou Filosofia, que fazem parte do Instituto. A distância geográfica, segundo eles, diminuirá as possibilidades de cursar disciplinas naqueles cursos.

Outro problema apontado é o fato de a unidade ser construída em uma área preservada historicamente. De acordo com o professor e arquiteto Neudson Braga, responsável pelo projeto arquitetônico do ICA, o novo prédio está previsto para ser construído a cerca de 210 metros da Casa de José de Alencar, bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

“Se eu soubesse, na hora da votação, que essa criação estava atrelada à ocupação de um espaço na Casa de José de Alencar, eu teria votado contra. Não posso concordar com a ocupação de um bem tombado pelo IPHAN”, diz Gilmar de Carvalho, professor do curso de Comunicação Social da UFC, presente apenas na reunião em que foi decidida a integração da Comunicação ao ICA.

Para ele, o Instituto foi realmente criado de forma democrática, porém, o local onde seria implantado não foi informado à comunidade. “Se foi, eu não registrei ou achava tão estapafúrdia a idéia de que alguém pudesse tentar ir fazer alguma coisa na Casa de José de Alencar que nem registrei”, reforça.

Custódio Almeida justifica que, dado o tamanho do espaço necessário para a implantação dos equipamentos previstos para os cursos, era inviável construir um prédio novo no Benfica. “Só no Estilismo são oito laboratórios; a Comunicação tem cerca de nove; o curso de Audiovisual precisará de espaços enormes para montar cenários”, calcula.

O professor Silas de Paula, do curso de Comunicação Social e presidente da comissão do projeto pedagógico do ICA, diz que a opção pelo Sítio Alagadiço Novo se deu pela proximidade cultural do projeto com o espaço. “O Pici é um Campus eminentemente tecnológico”, argumenta.

A estudante de Jornalismo Lorena Alves, do Diretório Aca-



A área do Instituto abrangerá cerca de 9 mil metros quadrados, distribuídos em salas de aula e administrativas, centros acadêmicos, biblioteca, laboratórios, estúdios e anfiteatro

dêmico, diz que a promessa de que os recursos seriam maiores, caso o Instituto fosse para o Sítio Alagadiço Novo, foi o que mais pesou na escolha dos estudantes do local. “Entre as duas opções, essa era a mais viável”, diz.

Detalhes do projeto

De acordo com o arquiteto Neudson Braga, o projeto arquitetônico do prédio foi elaborado atendendo a todas as exigências legais estabelecidas pelo IPHAN e, mesmo estando próximo à área preservada, não haverá comprometimento da estrutura da Casa de José de Alencar. Ele acrescenta que as edificações já existentes no local estão muito mais próximas do bem tombado e são de autoria de um dos arquitetos que, na sua concepção, mais entende de preservação de patrimônios históricos, o professor José Liberal.

O projeto arquitetônico foi concluído e encaminhado ao IPHAN no final de setembro. O mesmo será submetido à aprovação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam). “Não tenho nenhuma dúvida de que vai ser aprovado porque não tem nada que

não possa ser feito”, garante o professor. Segundo ele, a licitação das obras começa ainda em setembro.

Em relação à autorização ou não da implantação do prédio, a diretora do IPHAN, Olga Paiva, afirmou que o órgão só irá se pronunciar depois de analisar o projeto. “A gente primeiro tem que saber o que vai ser construído”, lembra a diretora.

O valor total do investimento chegará aos R\$ 13,5 milhões, recursos vindo em parte do Reuni (R\$ 4,5 mi) e parte de emendas de bancada (R\$ 9 mi). Conforme afirmou Custódio Almeida, a verba já está assegurada e até 2010, as obras devem estar concluídas.

Ao todo, o projeto abrange uma área de cerca de 9 mil metros quadrados. O prédio terá dois pavimentos divididos em “famílias” funcionais. São elas: administração, direção geral e coordenações de nove cursos, biblioteca setorial, setor pedagógico, gabinetes de professores, laboratórios, estúdios, centros acadêmicos (CAs), Centro de Articulação Universidade-Sociedade (CAUS) e áreas de serviço. Os blocos terão diferentes cores para identificação dos seus usos pela comunidade universitária. O projeto prevê ainda a instalação de um anfiteatro para 300 pessoas. 

Superioridade confirmada

Resultados do Enade 2007 revelam que as instituições públicas de ensino superior ainda são as melhores. Um novo indicador criado pelo Ministério da Educação, o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC), reforça os dados: 35,5% das instituições com notas máximas são públicas

A educação de ensino superior pública ainda é a melhor do Brasil. Isso foi o que mostraram os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), divulgados no último dia 6 de agosto, pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

De acordo com os dados, 44,3% dos cursos de instituições públicas ficaram com notas máximas da avaliação (4 e 5) e apenas 11,6% das particulares obtiveram as notas máximas no índice chamado Conceito Enade, que avalia o desempenho dos alunos ingressantes e concluintes nos cursos. Em relação às notas mais baixas (1 e 2), 13,5% das públicas tiveram esses conceitos, enquanto entre as instituições privadas o índice foi de 24,9%.

Os resultados são referentes ao ano de 2007, quando 190 mil estudantes do ensino superior de todo o País foram avaliados pelo Exame. Ao todo, participaram do processo 3.239 cursos em 16 áreas de conhecimento (Agricultura, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Tecnologia em Radiologia, Tecnologia em Agroindústria, Terapia Ocupacional e Zootecnia).

A qualidade dos cursos deixou de ser medida apenas pelo desempenho obtido dos alunos selecionados para a prova anual. No último exame, o MEC incorporou o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que leva em conta um conjunto de resultados,

tais como: o Enade, a infra-estrutura e instalações dos cursos, recursos didático-pedagógicos e a titulação dos professores. Dividido em uma escala que varia de um a cinco, o CPC avalia cada um desses itens com pesos diferenciados (ver Tabela ao lado).

Levando em consideração o novo conceito, do total de cursos superiores que participaram do Enade no último ano, 722 (ou 22,3%) ficaram com as notas mais baixas: 1 e 2. A maioria, representada por 24,2% das instituições, entretanto, ficou em um patamar mediano, com a nota 3.

No Ceará, 16 instituições da capital e do interior foram avaliadas. O destaque ficou para o curso de Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (Urca), que obteve 5 no Conceito Enade e 4 no CPC. Já o pior desempenho avaliado foi do curso de Nutrição da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que obteve a nota 1, tanto no CPC quanto no Conceito Enade. Ao todo, seis instituições cearenses ficaram com o conceito abaixo de 3 e poderão até ser fechadas pelo MEC.

Na Universidade Federal do Ceará, o destaque ficou para os cursos de Odontologia e de Enfermagem, ambos com a nota 4 em todos os conceitos. Os demais (Medicina, Agronomia, Educação Física e Farmácia) ficaram com a nota 3 no Conceito Preliminar, não havendo nenhum curso com a melhor (5) nem com as piores notas (1 e 2). Ao todo, 382 alunos realizaram o Exame, de um total de 406 selecionados para participar do processo.

Para o professor Cláudio Marques,

Coordenador de Planejamento e Avaliação de Programas Acadêmicos da Pró-Reitoria de Graduação da UFC, apesar dos cursos de Odontologia e Enfermagem terem obtido as mesmas notas, o destaque maior é do curso de Enfermagem. A conclusão vem da observação da diferença entre a média de notas obtidas pelos alunos ingressantes e concluintes.

Os resultados do Enade mostram que, entre os alunos da UFC avaliados, os calouros da Enfermagem tiveram a pior média, com a nota 27,5. Os concluintes, entretanto, apresentaram um bom nível de conhecimento, saltando para uma média de 47,5 pontos, o que demonstra um bom trabalho da entidade na formação dos jovens.

No caso da Odontologia, Marques explica que os alunos já entram com um nível muito bom e, portanto, a tarefa de formar bons profissionais se torna menos árdua para os professores. “O melhor curso é aquele que recebe o pior aluno e entrega o melhor”, conclui.

Novos conceitos para avaliar o ensino

Para o Ministério da Educação, a adoção do Conceito Preliminar de Curso, além de facilitar a decisão do aluno na hora de escolher onde quer estudar, vai reduzir o número de visitas *in loco* para renovação de reconhecimento dos cursos. Segundo dados do MEC, no sistema atual são cerca de três mil visitas por ano e, com o CPC, esse número deve cair para 1.800.

Isso porque no novo sistema de avaliação, as instituições que receberem conceito igual ou superior a 3 (nota para cursos com condições mínimas de funcionamento), poderão ser dispensadas da visita de inspetores do MEC e receberão a renovação automática. Já as que ficarem abaixo da média serão obrigadas a solicitar a visita dos avaliadores e, em último caso, poderão até ser fechadas.

O novo conceito já está sendo utilizado pelo MEC como parâmetro para classificar a qualidade do ensino de graduação do Brasil. No último dia 8 de setembro, o Ministério divulgou o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC), que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação, definida pelo CPC, e de pós-graduação (mestrado e doutorado), definida pela nota da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Utilizado pela primeira vez, nesta

edição, o IGC definiu o conceito de 173 universidades, 131 centros universitários e 1.144 faculdades isoladas e integradas, considerando o CPC referente ao período de 2005 a 2007 e a nota da Capes referente à avaliação do triênio de 2004 a 2006.

Também nesta avaliação, as instituições públicas se destacaram, representando 35,5% das instituições que reúnem o maior percentual de IGC (4 e 5), enquanto nas instituições privadas, essa proporção é de 4,9%. Segundo a avaliação, de cada dez instituições de ensino superior, três têm nível inadequado (nota 1 ou 2). De uma forma geral, o resultado negativo é encabeçado pela rede privada que apresenta quase a totalidade (96%) das instituições com desempenho considerado insatisfatório.

No ranking definido pelo ICG, a instituição com a melhor avaliação foi a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Em segundo lugar ficou a Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Entre as instituições cearenses, a UFC teve a melhor colocação, ficando em 35º no País. Em seguida, ficou a Universidade Estadual do Ceará (Uece), em 78º, e a Universidade de Fortaleza (Unifor), em 86º lugar.

Avaliação de resultados

Pela primeira vez, a UFC está fazendo uma análise mais cautelosa dos dados apresentados pelo Enade para que sejam apresentados aos coordenadores de curso em um seminário, explicando o significado das informações. Junto com os dados, serão mostrados os resultados do questionário socioeconômico respondido pelos alunos que participaram da prova. O objetivo é ajudar os coordenadores a identificar algumas deficiências de cada curso e poderem, a partir daí, elaborar as ações necessárias.

Para Cláudio Marques, um dos responsáveis pela análise dos dados, o que se espera é que os coordenadores possam pensar o Enade, não como um instrumento que vai determinar a qualidade do curso, mas como uma pesquisa que revela algo e que vale a pena parar para avaliar. O reitor da UFC, Jesualdo Farias, concorda que o Exame deva ser um balizador para os cursos, porém, defende a criação outras formas de parâmetros.

“[O Enade] deve ser um sinalizador que é importante a gente considerar, mas eu acho que nós devemos ter as nossas formas próprias de indicadores e nos pautarmos por eles”, ressaltou Jesualdo. Conforme informou o gestor, com esse objetivo, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Institucional, a qual está estudando novas formas de avaliação que atendam a todas as deficiências apresentadas pelas avaliações nacionais. 

CONCEITO PRELIMINAR		
Variáveis	Peso	
Insumos (Cadastro Docente e questionário socioeconômico)	30,0%	
Enade	40,0%	
IDD	30,0%	
INSUMOS (30%)	Distribuição dos Pesos	
Infra-estrutura e instalações físicas - os equipamentos disponíveis são suficientes para o número de estudantes (aulas práticas)	10,2%	
Recursos didático-pedagógicos - os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina	27,2%	
Corpo docente - percentual de professores (no mínimo) doutores no curso	38,9%	62,7%
Corpo docente - percentual de professores que cumprem regime parcial ou integral (não horista) no curso	23,8%	

Quem espera sempre alcança?

O Parque Vivo, projeto pioneiro de educação ambiental no Estado, não funciona mais no Parque Adahil Barreto. Demora na renovação do convênio com a Prefeitura Municipal de Fortaleza esvaziou as atividades e provocou a transferência para o Labomar. Prefeitura diz que ocupará as instalações com novo projeto

A extensa área verde, a presença dos pássaros, a proximidade com um dos principais rios da cidade e a exuberância da paisagem não compõem mais o cenário para o Programa Parque Vivo – Ciências, Diversão e Arte, que durante 15 anos desenvolveu atividades de educação ambiental no Parque Adahil Barreto, por meio de convênio com a Prefeitura de Fortaleza. Criado em 5 de junho de 1993, o programa de extensão da UFC surgiu como projeto, foi crescendo e se consolidou como referência em educação ambiental; agora, volta para onde começou: o Instituto de Ciências do Mar – Labomar.

“O Parque Vivo foi planejado no Labomar”, relembra a coordenadora do programa, Patrícia Alvarenga. A convite da Prefeitura, a equipe promoveu em 1991, na Avenida Beira Mar, o evento “Cada lixo em seu lugar”, e em 1992, no Parque Adahil Barreto, “Fortaleza: nosso ambiente”, sempre no Dia do Meio Ambiente. E na mesma data do ano seguinte, no próprio parque, o convênio estava sendo assinado com a UFC. Em 1994, houve o lançamento da pedra

fundamental para a construção de um centro que serviria de sede para o projeto e contemplaria biblioteca, bicicletário e sala de multiuso, entre outras instalações. O centro nunca saiu do papel, mas o Projeto não deixou de seguir em frente por isso.

Quinze anos depois, pela demora na renovação do convênio e o consequente esvaziamento das atividades, com precariedade de estrutura física, de pessoal, manutenção e segurança, a coordenadora do Programa decidiu transferir a experiência para o Labomar. O convênio foi renovado três vezes nas gestões municipais anteriores. A quarta deveria ter sido, segundo Patrícia Alvarenga, ainda em 2004. Passaram 2005, 2006, 2007... e nada. A delonga fez com que, no último dia 5 de junho, o programa deixasse oficialmente de funcionar no Parque Adahil Barreto.

“Desde março, estávamos atendendo o público só esporadicamente”, conta Patrícia. O programa realizava atendimentos quase diariamente, principalmente a escolas da rede municipal de ensino, mas também a alunos e professores do Ensino Infantil

ao Superior do sistema público ou privado, além de guias de turismo, associações, organizações não-governamentais, centros comunitários, empresas e demais grupos interessados.

As visitas monitoradas de conscientização ambiental incluíam oficinas de vídeo, pintura, música e reciclagem; vídeos-debates; passagem pelo Museu do Mangue; trilhas ecológicas a pé; passeios de barco pelo leito do rio Cocó, esses já há cinco anos interrompidos. Agora, o leque de atividades passa a ser realizado no Centro de Estudos de Aqüicultura Costeira (Ceac), vinculado ao Labomar e situado às margens do Rio Pacoti, no Eusébio, numa área de preservação ambiental.

Os interessados em realizar visitas ao novo local devem continuar acessando a página do Parque Vivo na Internet (www.parquevivo.ufc.br) para informações sobre programação e agendamento. Aliás, a homepage é um dos destaques do programa. Criada em 1996, a página ganhou quatro premiações pela diversidade e qualidade do conteúdo virtual na área de educação ambiental. A homepage foi

construída por alunos de graduação que faziam estágio no programa e participavam de diversas experiências.

Foi no Parque Vivo que a estudante Marlene Maia viu a oportunidade de agregar duas áreas de interesse. Estudante de Pedagogia da UFC formada em Saneamento Ambiental pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), ela é bolsista do programa há três anos. “Além de participar de atividades pedagógicas sobre meio ambiente com grupos escolares e comunitários, eu sempre tive de apresentar trabalhos nos Encontros Universitários, e isso foi muito enriquecedor”, revela.

Além de bolsistas de Pedagogia, Biblioteconomia, Engenharia de Pesca e Geografia e da coordenadora, a equipe do Parque Vivo incluía uma geógrafa e um biólogo. “Mas as pessoas foram desanimando e saindo”, conta Patrícia, que é engenheira de pesca. “A minha saída foi motivada por alguns aspectos, como a falta de empenho da Prefeitura em renovar o convênio com a UFC, e assim garantir o aporte de recursos para o Parque Vivo cumprir melhor suas funções, por exemplo a suspensão das bolsas concedidas aos estudantes universitários”, aponta Geovany Torres, biólogo e mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFC.

Geovany ingressou no Parque Vivo ainda em 1993, como estudante e voluntário, e também atuou em diversas frentes de trabalho. “O mais significativo do Programa foi a interdisciplinaridade construída ao longo desse tempo, com a participação de profissionais e acadêmicos de diversas áreas do saber. Isso trouxe uma grande contribuição, permitindo a realização de atividades diversas que somavam os conhecimentos aprendidos por cada um na sua área de atuação”, avalia.

O Parque Vivo tem mais de 20 projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e ao longo desses 15 anos desenvolveu atividades que foram além das visitas monitoradas e além dos 44 hectares do Parque Adahil Barreto, o Antigo Cocó, instituído em

1980 e um marco na história do movimento ambientalista do Estado. O trabalho da equipe contemplou produção de material de apoio pedagógico e participação em movimentos para despoluição de rios em Fortaleza e educação ambiental na periferia da Capital e em municípios do Interior. O resultado desse trabalho foi reconhecido por meio de prêmios concedidos dentro e fora da Universidade, mas, certamente, também tem o reconhecimento das milhares de pessoas atingidas pelo programa ao longo desses 15 anos.



Trilhas ecológicas e oficinas de reciclagem eram realizadas no Parque, principalmente com estudantes da rede pública de ensino

Parque receberá Programa Onda Verde

Enquanto o Programa Parque Vivo está indo para um novo lugar, o cenário anterior ganhará um novo programa de educação ambiental. A Prefeitura de Fortaleza anuncia para outubro a inauguração do Programa Onda Verde, que terá o Parque Adahil Barreto como local de referência. Ao mesmo tempo, está prevista a transferência, também para o Parque, da Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente, que hoje fica na sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam) – a sala possibilita o acesso à informação ambiental por meio de vídeos e livros.

Com o Programa Onda Verde, a Célula de Educação Ambiental da Semam deverá ter um ponto de apoio no próprio Parque, onde está prevista ainda a implantação de uma ilha digital. O novo programa virá junto com o lançamento de 12 cartilhas abordando temas específicos por área para subsidiar o trabalho de educação ambiental. A coletânea deverá ser encaminhada às bibliotecas das escolas da rede municipal e entregue às unidades escolares que visitem o Parque. “A sistemática de visitas pelas escolas vai continuar e agregando outras atividades”, afirma a coordenadora de políticas ambientais da Semam, Mara Calvis.

O conjunto de instalações e atividades vai conferir ao local o status de centro de referência em educação ambiental, projeto que inclusive foi elaborado por Patrícia Alvarenga. “Já havia a intenção de integrar o Onda Verde ao Parque Vivo”, frisa Mara Calvis. Segundo a coordenadora, é por reconhecer a importância do Parque Vivo para a cidade que algumas atividades serão mantidas, como o atendimento às escolas e as oficinas de material reciclável.

A representante da Prefeitura atribui a falta de renovação do convênio entre Prefeitura e UFC aos trâmites burocráticos da administração pública. Para chegar ao gabinete da prefeita, o convênio, no valor de R\$ 800 mil, para quatro anos, precisava passar por três órgãos responsáveis pela administração do Parque Adahil Barreto – Semam, Secretaria Executiva Regional II e Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb).

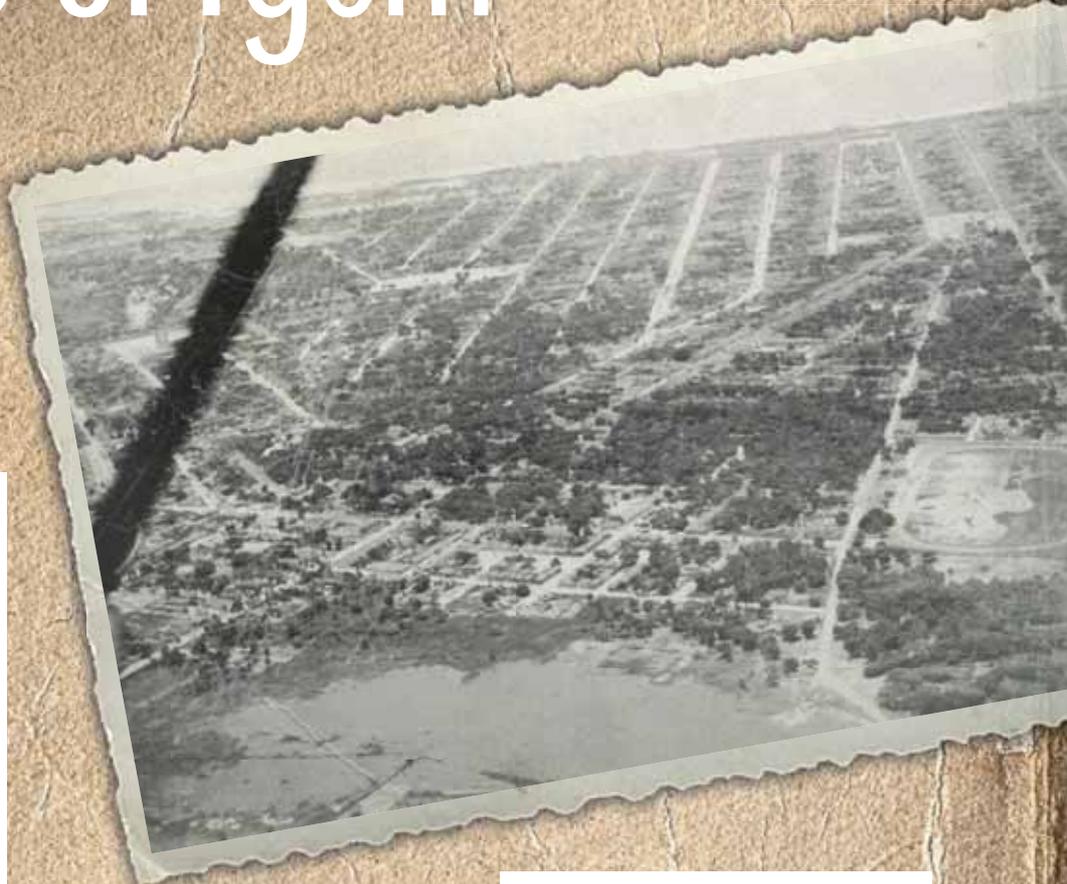
“O convênio não foi renovado porque a Prefeitura não quis. O convênio já estava no gabinete da prefeita, mas a coordenadora do Parque Vivo desistiu, não quis mais esperar”, diz Mara Calvis. A coordenadora de políticas ambientais da Semam acrescenta que nos anos anteriores da atual gestão, mesmo sem a renovação do convênio, foram assegurados recursos do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Fundema) para manter as atividades. 

O lugar de origem

Fotos Antigas:
Arquivo Nirez

Tradição, cultura, educação, esporte, boemia, pioneirismo e resistência.

São muitas as facetas do Benfica, berço da UFC. Personagens do bairro, urbanistas e pesquisadores revelam a multiplicidade desse lugar sui generis



Histórias de um lugar de bem ficar. “Ainda se pescava muito, e havia quem, à noite, caçasse marrecas, em cerrado tiroteio! Eram cerca de dez hectares de água parada, de pouca profundidade, mas constituindo uma boa coleção de líquido, um largo espelho para a luz solar e para o reflexo das estrelas”. Era década de 1940 e a descrição, feita pelo historiador por vocação, Francisco de Andrade Barroso, refere-se à antiga Lagoa do Tauape, na época um dos marcos delimitadores do bairro Benfica.

O pequeno lago ocupava uma área compreendida entre o que são, hoje, as avenidas Expedicionários e João Pessoa, mas a partir daqueles anos foi sendo gradativamente aterrado e drenado para receber construções. O que atualmente é asfalto e edificação era a lagoa com seu entorno tomado por capinzal alto, um dos marcos naturais do Benfica cita-

do, em 1946, no *Diário Oficial do Município* que instituiu as delimitações do bairro.

Em documentação de 1960, os marcos já são todos edificadas, o que revela um caráter de modernização cartográfica, mas também denuncia a falta de preservação dos recursos hídricos e ambientais, pois nessa época a lagoa já não mais existia. O canal do Jardim América, na Avenida Eduardo Girão, é um resquício desse e outros

aqüíferos da área – riachos passavam atrás do que hoje são as Casas de Cultura Estrangeira e Casa Amarela e desaguavam na Lagoa do Tauape.

Geograficamente, o bairro acabava ali e começava nas proximidades da Faculdade de Direito, instituída em 1903. Historicamente, a origem do Benfica está relacionada com a expansão da cidade a partir do Centro. Mas ele se constitui mesmo como bairro a partir da década de 1930, com o deslocamento, antes esporádico e agora acentuado, principalmente da elite do Centro e Jacarecanga, para

as chácaras que ali existiam. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória da UFC identificou referência ao lugar no fim do século XIX como “sítio” e já com o nome “Bemfica”. No início do século XX, o nome Visconde de Cauípe serviu para designar a área como um todo e também o boulevard, sua via principal, hoje Avenida da Universidade.

Provavelmente pela existência da lagoa, em documentos da década de 1920 é encontrada ainda a denominação de São João do Tauape. E só na década seguinte, o nome Bemfica passa a ser usado recorrentemente. Para a origem do nome, há duas versões plausíveis. Uma é de que foi uma espécie de homenagem ao bairro homônimo de Lisboa, provavelmente feita por portugueses que chegaram a Fortaleza e se instalaram no sítio.

Para o Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória da UFC, mesmo com as semelhanças das edificações originais com as chácaras-jardins que havia em Portugal, a designação pode ter sido dada “apenas” para indicar o local de “bem ficar” e “bem viver”.

O caráter cada vez mais comercial do Centro e industrial de Jacarecanga deslocou muitas famílias para o Bemfica. “Muitas casas comerciais estavam surgindo no Centro e muitas fábricas sendo abertas em Jacarecanga, tornando esses bairros mais populares. Quem tinha dinheiro foi saindo para o Bemfica. As pessoas queriam continuar morando nos casarões, com quintais enormes, onde nas dependências se andava a cavalo”, aponta Heloísa Facó, uma curiosa pela história de Fortaleza.

O Bemfica era então o espaço providencial para essa elite. Na área, havia um imponente arvoredo, em que se destacavam mangueiras e cajueiros, imensos

e centenários. Para se ter uma idéia do espaço verde, a Avenida 13 de Maio era originalmente uma via estreita. No sentido para a Pontes Vieira, a pista direita não existia como corredor de transporte, era parte do jardim das chácaras.

“O arvoredo era tão grande que até recentemente encontrávamos sagüis”, acrescenta Andrade Barroso, 83 anos, autor do livro “O Bemfica de ontem e de hoje”, lançado em 2004. O proprietário dos casarões onde hoje ficam a Reitoria e outros prédios da UFC, José Gentil, tinha sensibilidade para a preservação das espécies vegetais. “Ele evitava o tanto quanto possível derrubar árvores. Para poupá-las, chegava a fazer muros que as contornavam. Agora, já não existem mais pra ver”.

A cidade dos Gentis

Uma cidade dentro do bairro. A Gentilândia dentro do Bemfica. Tudo começou nos últimos anos do século XIX, quando José Gentil (1866-1941) adquiriu de João Antonio Garcia a área onde é atualmente a Reitoria. A Chácara Garcia passava a ser Chácara Gentil e, remodelada em 1918, perdeu as feições rurais para virar palacete.

Antes de ser adquirida pela UFC, em 1956, um ano após a criação da Instituição, em 25 de junho de 1955, o solar da Família Gentil passaria por outras reformas, e depois da aquisição, por mais intervenções, até ganhar a configuração que tem hoje. O mais

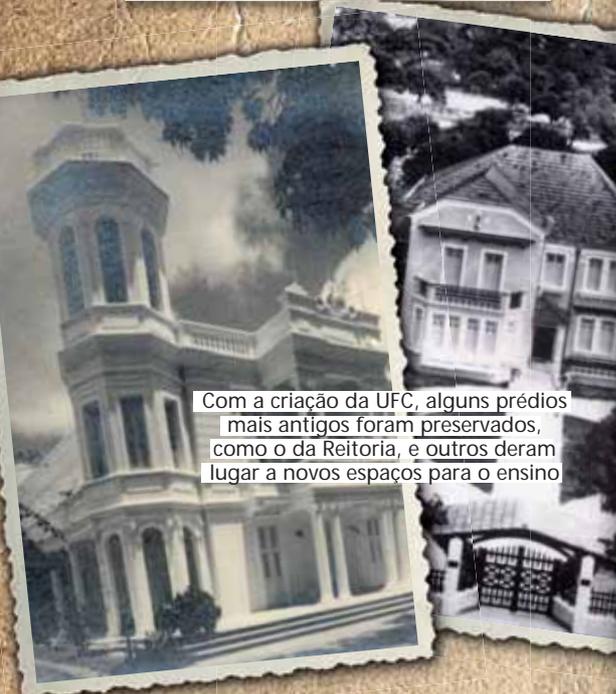
belo foi preservado: o estilo arquitetônico. Mas a herança dos Gentis não ficou restrita ao prédio da Reitoria.

O rico comerciante nascido em Sobral, dono do Banco Frota & Gentil, no Centro de Fortaleza, fez nascer uma cidade dentro do bairro em formação. “A maior parte da Chácara Gentil havia sido desmembrada durante a vida de seu proprietário, em maior parte para compor os quarteirões, as ruas e as praças do pequeno bairro da Gentilândia, implantado na década de 1930”, diz o arquiteto Liberal de Castro, no livro “Martins Filho de corpo inteiro”.

Uma pequena parte foi usada como residência para a família e o restante para ser alugado. “A Gentilândia foi uma minicidade criada no Bemfica para abrigar a classe média”, define o professor Elmo Vasconcelos, 50 anos, representante da 5ª geração de uma família que começou a morar no bairro nos anos de 1930.

Ruas arborizadas, área verde, pioneiro sistema de água e esgoto coletivo e, ao lado dos casarões, vilas para moradores mais humildes compunham a cidadezinha. “Havia casas para vários segmentos sociais, porque José Gentil, que tinha uma visão muito interessante do espaço urbano, entendia que era necessário o convívio entre eles”, acrescenta Elmo.

Há um grupo de moradores que ainda insiste em delimitar espaços entre Benfica e Gentilândia. “São bairros diferentes, apenas parecidos”, defende o jornalista Tom Barros, há 61 anos morador do Benfica, ou melhor: da Gentilândia. “Moro na casa onde nasci e vivi várias etapas do bairro: quando era essencialmente familiar, quando surgiram as primeiras casas comerciais e agora dividido entre casas de família e de comércio”. Para Tom, o Benfica é mais aristocrático e universitário, a Gentilândia é mais familiar e sociável.



Com a criação da UFC, alguns prédios mais antigos foram preservados, como o da Reitoria, e outros deram lugar a novos espaços para o ensino

Veio a Universidade...

“O maior sopro de modernidade que um lugar pode receber é a instalação de uma universidade”, diz o professor Elmo Vasconcelos. O Benfica recebeu esse sopro em abril de 1956, com a aquisição do casarão da família Gentil. Estudando os campi universitários da UFC, o professor Aristides de Oliveira, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, tentou compreender o que levou o fundador Martins Filho a instalar a Universidade no Benfica. “Foi a oportunidade do momento. A própria evolução da

cidade fez com que se tornasse espaço estratégico para o desenvolvimento da Universidade. Quando a Universidade se instalou no Benfica, a burguesia já estava em processo de transferência para a Aldeota e os imóveis sendo colocados à venda”.

E a idéia de Martins Filho era grandiosa. “Ele queria fazer o campus indo da Faculdade de Direito ao Porangabuçu, hoje Rodolfo Teófilo, levando os moradores para outras áreas, mas foi convencido das dificuldades, porque teria de desalojar muitas pessoas”, aponta Aristides. O número de habitantes que teriam suas casas desapropriadas ficava em torno de 11 mil, o que correspondia na época à população de Iguatu. “A UFC atendeu à necessidade da população, mas sua implantação não foi metódica”, questiona Andrade Barroso.

Na avaliação de Aristides, a não concretização do desejo do reitor foi importante para conferir ao bairro múltiplas funções. “Quando prevalece só uma função, e essa função cessa, o bairro morre”.

A impossibilidade de ocupar toda a área acabou levando a Universidade para o Pici, uma idéia que já era cogitada, mas que ainda hoje é também questionada. “Lamento que a UFC tenha feito a bobagem de copiar o modelo americano de campus isolado, transferindo-se para o Pici entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970. Se não fosse isso, o Benfica seria fervilhante até hoje, um lugar de grande vitalidade”, aponta o arquiteto e urbanista Fausto Nilo, tomando como parâmetro o que foi o bairro nas décadas de 1950 e 1960.

...e quanta coisa mudou

A Universidade fortaleceu o Benfica como bairro da educação, das sociabilidades, da boemia, da organização e participação política, das mudanças de comportamen-

to, da efervescência cultural. A produção de conhecimento e a presença da juventude propiciavam todas essas manifestações. “Fizemos dali nossa cidade, nossa vida. Aqui e acolá é que íamos pra casa, só pra dar notícia”, lembra o arquiteto Fausto Nilo.

Quando ele veio de Quixeramobim para Fortaleza, em 1955, a Universidade estava se instalando no Benfica. Uma década depois, entraria na Faculdade de Arquitetura. Antes, morou durante um ano ao lado do que viria a ser a Faculdade de Economia. Depois, não teve mais residência fixa no bairro, mas isso era de menos, porque a convivência com o Benfica era intensa.

Os estudantes se reuniam aos domingos para ver os jogos no Estádio Presidente Vargas, inaugurado em 1941, e para assistir aos filmes nos Blocos dos Institutos – de Matemática Aplicada, de Química e Tecnologia e de Física – que ainda não haviam sido transferidos para o Pici e funcionavam na área onde hoje estão os anexos da Reitoria.

A relação da juventude com o bairro era forte. A avenida principal foi palco para a famosa Passeata dos Bichos, que a partir do governo dos militares ganhou ares de contestação ao regime. Mais tarde seria palco também das mobilizações pela redemocratização. Aquela geração de estudantes ecoava por aqui novos discursos e comportamentos em voga no País e no Exterior. As transformações pelas quais os jovens estavam passando no mundo, em Fortaleza aconteciam no Benfica.

Lugar de convergência – e também divergência – política e cultural, foi no Benfica que despontaram músicos como Rodger Rogério, Petrucio Maia, Ricardo Bezerra e Augusto Pontes. O próprio Fausto Nilo considera aquele momento uma fase rica de contato com as artes, embora só tenha começado a compor letras em 1971, em Brasília. “Começamos a ouvir música, preparar shows e peças que seriam



O criador da UFC, prof. Martins Filho, comanda as obras da Concha Acústica na reitoria. Lugar seria usado para concertos, conferências e refeições de grau

encenadas no Teatro Universitário, transitávamos pelo Conservatório de Música, de uma forma bem espontânea, autogestão total”, define.

... também com ônus

A chegada da Universidade ao Benfica em 1956 repercutiu sobre o espaço físico natural e construído do bairro. Muitas árvores foram abatidas, inclusive na construção da Concha Acústica, inaugurada em 1959. “O arvoredo era o que dava harmonia paisagística ao bairro. O restinho da mata benfiquense está na área das Letras, Faculdade de Educação e Casas de Cultura”, lamenta Heloísa Facó, que durante 35 anos foi cerimonialista da UFC.

Se a presença da Universidade foi importante para a preservação de alguns casarões antigos e um modelo arquitetônico característico do fim do século XIX e início do XX, a instalação dela também significou e vem significando a descaracterização, quando não a perda, desse patrimônio. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória da UFC tem procurado identificar

espaços construídos no bairro que serviram ou servem para moradia, educação, organização e diversão. “Muitas intervenções, inclusive feitas pela Universidade, estão dilapidando referências arquitetônicas”, diz Gilberto Nogueira, coordenador do Grupo.

Esse processo começou logo na instalação da UFC. A mansão que pertencia à família Gentil e ficava em frente à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foi demolida para a construção de um bloco paralelo à avenida da Universidade, que interligaria os blocos laterais, prolongados. Nessa belíssima residência, em 1933, o então presidente Getúlio Vargas se hospedou, quando esteve em Fortaleza pela primeira vez. O casarão que hoje serve à Reitoria só não teve o mesmo destino por insistência de Martins Filho, mas “algumas personalidades universitárias”, segundo o arquiteto Liberal de Castro, defendiam a demolição.

A presença da universidade trouxe como conseqüências também uma desordem no espaço urbano, com a presença de algumas atividades com impacto negativo do pon-

to de vista urbanístico. O professor Aristides de Oliveira pontua três: a proliferação de copiadoras, de bares e de estacionamentos.

Novas configurações

Se o Benfica já foi símbolo de resistência política, continua sendo palco de outras formas de resistência. “No Benfica, permanecem grupos de oração, funerais na sala de casa, visita aos enfermos. É um espaço de ambivalência, onde convivem o moderno e o tradicional, com famílias que estão aqui desde a década de 1930, como a minha”, avalia o professor Elmo Vasconcelos, que defendeu em 1999, na Uece, a dissertação: “Quem é de Benfica: o bairro como lugar da sociabilidade e espaço das práticas de resistência”.

Na sua avaliação, a resistência do Benfica se expressa inclusive contra a lógica capitalista do capital imobiliário, que não deseja que as pessoas criem vínculos com os lugares, mudando-se com frequência. Outra forma de resistência também se confunde com sociabilidade. “No bairro, os velhos têm voz e são ouvidos”, diz.

A principal evidência é a Confraria da Gentilândia, um grupo de atuais e ex-moradores que se reúne todos os sábados no Memorial da Gentilândia, instalado nas dependências do Bar do Marcão. “O memorial é o primeiro resgate da história de um bairro em Fortaleza”, ressalta um dos confrades, David Lopes de Oliveira. A Confraria existe há quatro anos para os integrantes reverem fotografias, relembrem histórias, trocaram idéias, tomarem umas cachaças... “E mentirem muito”, brinca Edílson Carneiro de Mendonça, outro confrade.

Aos 82 anos, o confrade Airton Monte, pai do psiquiatra homônimo, orgulha-se de morar há 71 anos no mesmo local, na Rua Dom Jerônimo. “Essa rua não tinha nem nome quando eu cheguei. Era um terreno onde as casas foram sendo feitas”, diz. Outros grupos que fortalecem essas sociabilidades e mantêm en-

contros sistemáticos no bairro são os Curiós e curiós, a Turma do Cristian e a Turma do Chaguinha, como se denominam.

Lugar para sociabilidades e práticas de resistência, o Benfica também se configura pela promoção das diversidades. “Os movimentos em defesa da diversidade cultural, étnica, sexual se implementam aqui, parece que o laboratório é o Benfica para depois irem para outros lugares da cidade”, avalia o professor Elmo.

“Diferentes sujeitos falam diferente sobre o bairro. Cultura, tradição e liberdade são as principais características, mas como cada um constrói o sentido dessas palavras é distinto”, aponta Ilaina Damasceno, autora da dissertação de mestrado em Geografia, na UFC: “Lugares no bairro: uma etnografia do Benfica”. É a presença da Universidade, segundo ela, o que diferencia o Benfica. “A universidade é o evento que modifica o bairro, mas os moradores se adaptam a essas mudanças”.

Historicamente educacional

Depois da aquisição do casarão dos Gentis, a Universidade comprou vários outros imóveis ao longo da principal avenida. No entanto, a característica do Benfica como espaço de educação é anterior à instalação da Universidade. Muitos prédios hoje pertencentes à UFC abrigaram escolas que ainda fazem nome na cidade.

O Colégio Santa Cecília, hoje na Aldeota, ocupava, até 1959, o espaço onde ficam o Departamento de Arquitetura e Urbanismo e o Museu de Arte da UFC. Diante da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios havia o Colégio Nossa Senhora das Graças, depois Ginásio Americano, que funcionaram no palacete pertencente a João Gentil, filho de José Gentil, na área onde estão as Ciências Sociais e Filosofia.

Noutro prédio adquirido pela UFC num contrato de permuta com o Governo do Estado funcionava o tradicional Grupo Escolar do Benfica, depois Grupo Escolar Rodolfo Teófilo. Era onde hoje está a Faculdade de



Onde hoje estão MAUC e Faculdade de Arquitetura funcionava, até 1959, o Colégio Santa Cecília. Diversas outras escolas ocupavam o bairro de tradição educacional

Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo (Feaac). Dali, o grupo escolar foi para o espaço do Clube dos Estudantes Universitários (CEU) da UFC, hoje Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Professor Neudson Braga.

Entre os prédios do Benfica onde funcionaram unidades educacionais que não foram comprados pela Universidade está o Hospital Mira y Lopez, onde ficava o Seminário dos Padres Lazaristas. Outra importante instituição de ensino, anterior à chegada da Universidade, foi a Escola Industrial de Fortaleza, em 1952, hoje Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet).

Espaço do esporte, lazer e boemia

Um jôquei e o primeiro campo de futebol oficial de Fortaleza ficavam no Benfica, desde a década de 1920. O Campo do Prado abrangia uma área compreendida entre o que é hoje o Cefet, o Estádio Presidente Vargas

(1941) e o Ginásio Aécio de Borba (1982). O local foi palco dos primeiros campeonatos de futebol, mas no entorno havia uma raia para corrida de cavalos. O bairro teve sempre uma característica esportiva. Desde a década de 1930 havia o Gentilândia Atlético Clube, que conquistou o campeonato cearense de 1956.

O futebol em particular rendeu bons episódios e personagens à história do bairro. “Temos o primeiro empresário de jogador de futebol no Brasil”, diz Airton Monte, referindo-se a Homero Farias, primeiro agenciador de jogador do Ceará para Portugal. Em 1953, ele dirigia o Gentilândia e ganhou as páginas dos jornais pelo feito inédito: a venda de atletas cearenses para o Vitória, de Guimarães. A fama dos jogadores do Gentilândia corria longe. “Eram filhos de papai, jogavam por amor”, define Homero.

Do futebol para a cerveja é um passo. E essa combinação tornou o bairro mais boêmio. Com a chegada da Universidade e a presença de pes-

soas cada vez mais jovens, as condições eram favoráveis ao surgimento de muitos bares. A estudante Ilaina Damasceno fez um mapeamento dos bares para sua dissertação de mestrado e identificou 34, sendo 70% próximos das áreas de estudo da Universidade – o CH1 e o CH2. “Nem a lei seca interferiu nesse perfil do bairro, ao contrário, houve uma revalorização do lugar”, aposta o professor Elmo Vasconcelos, para quem o bairro boêmio se mantém inabalável. “O Benfica não se deprecia como a Praia de Iracema, por exemplo”, compara.

Entre o profano e o sagrado, Benfica também é sinônimo de festa. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória da UFC está fazendo um levantamento sobre as festas religiosas e que resgatem a tradição local. São identificados vários grupos festivos fundados por estudantes, além de festividades religiosas, como de Nossa Senhora dos Remédios, e blocos pré-carnavalescos, como o extinto Quem é de Bem Fica, na década de 1990. Os atuais são Sanatório Geral, Unidos da Cachorra e Cachorra Magra, cujas denominações têm origem no antigo nome da Rua Marechal Deodoro - Beco da Cachorra Magra.

Durante muito tempo, o lazer no Benfica tinha como endereço clubes sociais e esportivos tradicionais,



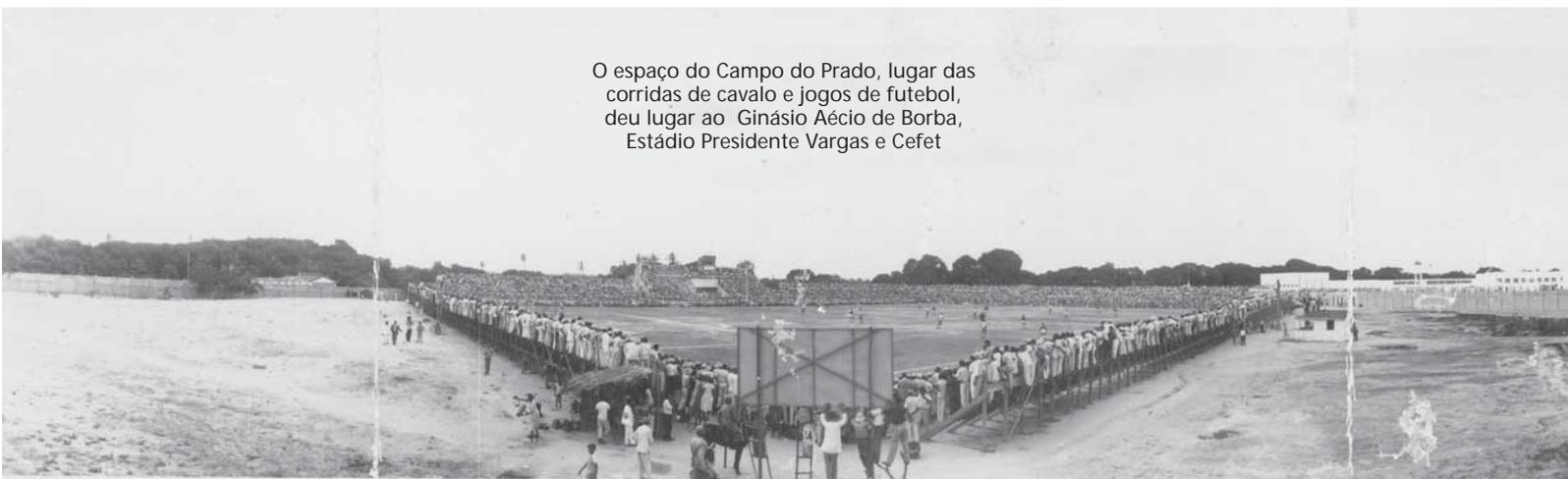
A circulação e o transporte de pessoas são características do bairro desde o início. Em 1974, o girador do cruzamento das avenidas da Universidade e 13 de maio foi substituído por semáforos

como o Maguary, que ficava na Av. Barão do Rio Branco, o Clube Gentil, localizado no primeiro quarteirão depois da Praça da Gentilândia, e o General Sampaio, nas proximidades do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno. Além do Clube dos Estudantes Universitários (CEU), que realizava também suas tertúlias. O bairro já teve ainda, por cerca de duas décadas, o Cine Benfica, em frente ao Dispensário dos Pobres do Sagrado Coração, na via hoje Avenida da Universidade.

Galeria de famosos

Pelo Benfica já passaram famosos. E como moradores. O maior humorista brasileiro nasceu em Maranguape, onde ficou até os sete anos, e depois foi residir no Benfica, único endereço dele em Fortaleza. Chico Anysio morava na avenida principal do bairro, na casa de número 3264, onde o pai mantinha nos fundos a garagem da empresa de ônibus São José. “Havia no oitão um grande corredor por

O espaço do Campo do Prado, lugar das corridas de cavalo e jogos de futebol, deu lugar ao Ginásio Aécio de Borba, Estádio Presidente Vargas e Cefet





A eleição da benfiquense Emília Correia Lima como miss Brasil, em 1955, encheu os moradores do bairro de orgulho e eternizou a era de ouro dos clubes

onde os ônibus entravam, quando iam recolher”, descreve por e-mail o humorista de 77 anos.

No site oficial de Chico Anysio, ele faz referência ao tempo que viveu no Benfica. “Nossa vida era boa. Meu pai tinha uma empresa de ônibus e isto nos dava uma condição de ‘quase-ricos’ (...) Um dia a garagem dos ônibus pegou fogo. Não havia seguro. Acordamos pobres. Eu não sabia de nada. Nem da abundância anterior nem da penúria que viria”. Tinha oito anos e foi com a família para o Rio de Janeiro.

É também na Cidade Maravilhosa onde vive hoje uma mulher que projetou Fortaleza nacionalmente e quando menina morava perto do pequeno Chico Anysio, por trás da casa dele, na Av. Carapinima. Aos 21 anos, professora, Emília Corrêa Lima residia no mesmo endereço, hoje sede da Associação 64-68 Anistia, quan-

do foi eleita Miss Maguary, Miss Ceará e Miss Brasil.

“Eu nunca tinha entrado em concurso de beleza, mas o daquele ano ganhou popularidade porque repercutia o concurso do ano anterior, quando Martha Rocha foi Miss Brasil”, conta Emilia, referindo-se à baiana que só não foi Miss Universo por causa de duas polegadas a mais nos quadris. A cearense ficou em oitavo lugar no concurso internacional.

Projeção nacional e internacional ganharam também dois moradores do Benfica – Pijuca e Melé –, integrantes do famoso conjunto vocal 4 Ases e 1 Coringa, que acompanhou a cantora Carmem Miranda em viagens fora do País. Outro nome nacional que saiu do Benfica é o ex-jogador do Gentilândia, atual chefe da segurança da Seleção Brasileira de Futebol, Haroldo Castelo Branco.

A Confraria da Gentilândia é espaço de conversa, boemia e partilha da memória



Bairro é o primeiro cenário para grupo de pesquisa

O Benfica é o primeiro bairro sobre o qual se detém o Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória da UFC. Criado no início de 2007, ele reúne estudantes e professores do Departamento de História em pesquisas e discussões sobre patrimônio, preservação e educação patrimonial.

O trabalho “Patrimônio e memória local: inventário de referências culturais do bairro Benfica” inaugura as atividades do grupo e busca levantar a configuração original do bairro, quando ainda era um grande sítio no fim do século XIX, ganha as primeiras chácaras na transição para o século XX, até se constituir como bairro nas décadas iniciais do século passado, receber a Universidade em 1956 e passar por todas as transformações após a instalação da UFC. As fontes de pesquisa têm sido documentos, sobretudo cartoriais, como escrituras e hipotecas, mas também decretos, leis e mapas. **UP**

A ILHA VERDE - 1957
Arquivo do Museu de Arte da UFC - MAAC



“Antes era preciso somente o ângulo visual para se
olhar um quadro. Hoje, necessitamos mais que isso:
queremos também o ângulo do sentimento.
Buscamos olhos não somente na cara, mas também
no cérebro e no coração.”
(Antônio Bandeira)

A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC reconhece o talento e presta homenagem a uma das maiores referências artísticas do abstracionismo lírico brasileiro, o cearense Antônio Bandeira.



Comunicação segura e eficiente

O Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Teleinformática (PPGETI) é um dos principais centros de formação de profissionais voltados para o desenvolvimento de tecnologias de comunicação. Parcerias com empresas, instituições e laboratório de ponta ajudam nessa empreitada

Passar um dia longe do celular é o sonho de muitos profissionais que vivem a resolver problemas por telefone. Mas para a grande maioria da população brasileira, ficar sem o aparelho por algumas horas ou dar uma pane na rede de comunicação (pelo menor tempo que seja) já é motivo para o usuário se sentir isolado do mundo, literalmente incomunicável.

No mundo atual, a troca de informações de forma eficiente, rápida e segura, virou uma necessidade em qualquer atividade, seja comercial, política, educacional ou financeira. E para atender a esse “anseio comunicacional”, cada vez mais o mercado de produção de tecnologia investe na criação de sistemas inteligentes de transmissão de informação e na capacitação de pessoal para o setor.

Seguindo essa tendência, as universidades brasileiras começam a direcionar suas estruturas curriculares para a formação de profissionais especialistas em criar novas tecnologias. Na UFC, o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Teleinformática (PPGETI) é um dos principais celeiros *strictu sensu* de formação desse tipo de profissional.

Criado em 1993, com apenas um curso de mestrado, o PPGETI é fruto do desmembramento da área de concentração Processamento da Informação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da UFC. Daí porque a maioria do seu corpo docente é formada por engenheiros elétricos.

O programa passou a ter o atual formato (mestrado e doutorado) em 2005, com a implantação do Curso de Doutorado em Engenharia de Teleinformática. Hoje, ele está entre os programas de pós-graduação mais bem conceituados do Brasil, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em 2007, na sua primeira avaliação (referente ao triênio 2004 – 2006), o PPGETI recebeu o conceito 4, a segunda melhor nota aplicada pela instituição.

Tanto o mestrado quanto o doutorado estão organizados em duas áreas de concentração: Eletromagnetismo Aplicado (com três linhas de pesquisa) e Sinais e Sistemas (com seis linhas). De uma forma geral, as pesquisas do Programa estão voltadas para o estudo da “transmis-

são da informação pelos mais diferentes meios, com especial atenção para dispositivos, sistemas e redes de comunicação que viabilizam a sociedade da informação”, explica o professor Rodrigo Cavalcanti, coordenador do PPGETI.

Na área de Eletromagnetismo Aplicado, as pesquisas se voltam principalmente para o estudo da transmissão de informação utilizando luz (fibras ópticas) e microondas, que estão diretamente ligadas às rádios de alta frequência. Já a área de Sinais e Sistemas, o desenvolvimento de redes eficientes como, por exemplo, a internet e de telefonia móvel, é o foco das pesquisas. Ela trabalha ainda com a miniaturização de sistemas, os quais são utilizados nos mais diferentes equipamentos como celulares e sensores.

Embora os resultados dos estudos realizados no PPGETI não sejam palpáveis aos usuários das redes, seja de transmissão sonora, telefonia ou de computadores, o bom funcionamento dos produtos atrelados a elas é dependente da tecnologia produzida por esses pes-

quisadores. “[As pesquisas] estudam o que os usuários não vêem”, comenta Cavalcanti.

No caso das ondas de rádio, por exemplo, os estudiosos estão preocupados em avaliar o que elas carregam de informação, como são transmitidas e as formas de melhoria de transmissão daquele conteúdo informacional (alcance, qualidade e diminuição de interferências). Já em relação à rede de computadores, os profissionais da teleinformática é que são responsáveis pela elaboração de sistemas seguros como os utilizados pelos bancos em operações on-line e também pela constante melhoria da qualidade da conexão à internet.

Parcerias que dão certo

Um dos fatores que tornam o PPGETI um dos programas de pós-graduação mais fortes da UFC são as parcerias estabelecidas com outros grupos acadêmicos e, sobretudo, com as empresas privadas. Através delas, são ampliadas as oportunidades de inserção dos alunos da graduação e da pós-graduação no mercado de trabalho. Além disso, a Universidade ganha ao receber investimentos dessas empresas, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico da UFC, quanto de melhoria de infra-estrutura dos laboratórios financiados.

Exemplo disso é a parceria entre

o Grupo de Pesquisa em Telecomunicações Sem Fio (GTEL) e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Ericsson do Brasil, uma das mais fortes do programa. As instalações físicas do GTEL (construídas em 2003 com recursos da Ericsson) estão recebendo novos investimentos para a expansão do prédio. As obras vão ampliar em cerca de 40% a área utilizada pelo Grupo, além de implantar um auditório para realização de vídeo-conferência.

Consolidada em 2000, a parceria nasceu juntamente com o GTEL, no ano de 1999, após o professor Rodrigo Cavalcanti retornar do doutorado na Unicamp. Atualmente, a Ericsson financia três projetos de pesquisa do Grupo, envolvendo mais de 20 pesquisadores. A empresa concede bolsas de estudo aos pesquisadores e em troca, eles desenvolvem produtos e tecnologias que são apresentadas à matriz da empresa na Suécia.

Além da parceria GTEL/Ericsson, outras parcerias técnico-científicas já foram realizadas entre os grupos de estudo do PPGETI e instituições acadêmicas e técnico-profissionais, entre as quais estão: FIEC, Telemar, TIM, Motorola, Funceme, TNL S.A (“Oi”) e Instituto Atlântico.

Laboratórios de ponta

O Departamento de Engenharia de Teleinformática (DETI) da UFC con-

ta hoje com, pelo menos, oito laboratórios vinculados a ele. Os espaços dão suporte ao desenvolvimento das pesquisas de ponta realizadas pelos alunos da graduação e do PPGETI. Alguns dos projetos desenvolvidos ali são também objetos de estudo dos centros tecnológicos mais avançados do mundo.

É o caso das pesquisas desenvolvidas no Laboratório do Grupo de Informações Quânticas. Entre seus principais projetos está o desenvolvimento de um computador quântico, o qual, segundo explicou o professor Rubens Viana, chefe do Laboratório, permite a absoluta segurança na troca de mensagens entre duas fontes diferentes. Isso garante, por exemplo, que mensagens diplomáticas secretas fiquem imunes a possíveis espiões. Outro uso prático do sistema seria o fim do roubo de senhas de cartões bancários através do uso da internet, hoje um dos principais alvos de hackers.

Segundo o professor, grandes empresas do mundo todo que trabalham com segurança da informação estão investindo verdadeiras fortunas para conseguir desenvolver um computador desse tipo, a fim de conseguir gerar os sistemas invioláveis. Viana ressalta, entretanto, que os projetos estão apenas em fase experimental e a expectativa é que ainda levem pelo menos 20 anos para se ter um computador quântico em pleno funcionamento no mundo. 



Oito laboratórios dão suporte às pesquisas de ponta realizadas pela graduação e pós-graduação em Teleinformática. Alguns foram construídos em parcerias com empresas privadas

Os dilemas do desenvolvimento

Série de reportagens discute empreendimentos do Complexo Portuário do Pecém. Na primeira delas, pesquisadores da UFC analisam impactos ambientais e sanitários da criação de uma siderúrgica e uma termelétrica. Na próxima edição, saiba como a UFC está atuando na formação de pessoal e nas pesquisas sobre infra-estrutura e logística para o local

“Progresso é povo feliz”. A frase foi estampada em faixa diante de autoridades e empresários, por ocasião do lançamento, em julho passado, da pedra inaugural de uma das usinas termelétricas no Complexo Portuário do Pecém. Não se tratou de uma manifestação isolada, fez parte de um movimento de moradores, apoiado por intelectuais, pesquisadores e ambientalistas, que se contrapõe ao conjunto de empreendimentos que começou a se instalar, em 1996, em São Gonçalo do Amarante, Região Metropolitana de Fortaleza.

Atualmente, estão implantadas no complexo industrial e portuário uma empresa metalmeccânica, uma indústria de pré-moldados e duas empresas geradoras de energia elétrica. Em fase de implantação, há mais uma empresa de geração de energia, uma companhia siderúrgica, uma indústria de alimentos e uma fábrica de placas de aço. Além de 13 empreendimentos com protocolos de intenção já assinados nas áreas de indústria química, geração de energia, siderurgia, metalmeccânica e cimento.

E por enquanto, para completar o rol, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 20 de agosto passado, o contrato de instalação de uma refinaria de petróleo. “Esse investimento representará uma mudança no perfil da economia local. Para se ter uma idéia da grandeza do projeto, serão investidos 11,5 bilhões de dólares, o que representa aproximadamente 45% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Serão gerados 20

mil empregos na fase de implantação e 90 mil no seu funcionamento”, festeja Antonio Balhmann, presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece).

A licença de instalação para uma termelétrica já foi emitida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace). E a empresa responsável pela instalação da siderúrgica solicitou licença prévia, mas a Semace ainda está fazendo o termo de referência do Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). “A siderúrgica produzirá placas de aço, importante matéria-prima para a indústria metalmeccânica, e também ampliará muito nosso volume de exportação, pois parte da produção será destinada ao mercado externo. Já o empreendimento de geração de energia garantirá fornecimento necessário ao funcionamento de muitas indústrias, inclusive do complexo portuário”, argumenta Balhmann.

Tantas projeções positivas não esvaziavam o debate sobre o uso do carvão mineral, cuja combustão é responsável por altas taxas de emissão de dióxido de carbono e metano, gases associados ao efeito estufa, o que contribui para o aquecimento global. “O Ceará tem uma série de ecossistemas amortecedores dos efeitos previstos pelo aquecimento global, como dunas, com suas reservas estratégicas de água que combatem a erosão, e manguezais. Mas estão chegando indústrias que geram quantidades significativas de CO₂, causador

do efeito estufa”, aponta o professor do Departamento de Geografia da UFC, Jeovah Meireles.

Entre as repercussões locais do uso do carvão mineral está o risco à saúde das pessoas expostas diretamente ou não. Experiências nacionais e internacionais são reveladoras dos impactos negativos das emissões atmosféricas sobre a saúde humana, especialmente no que diz respeito a doenças respiratórias. “Há a possibilidade da exposição da comunidade à poeira do carvão, que causa uma fibrose pulmonar gravíssima, com perda de capacidade de expansão e contração dos pulmões”, aponta Raquel Rigotto, professora da Faculdade de Medicina.

Coordenadora do Núcleo Tramas, programa de extensão da UFC que desenvolve atividades no campo das relações do trabalho, meio ambiente e saúde para sustentabilidade, Raquel acrescenta que estudos científicos mostram um aumento de internações hospitalares entre crianças menores de cinco anos e idosos, especialmente a partir de 65 anos, expostos a situações similares. “Há também uma gama de efluentes líquidos que vão contaminar águas superficiais e subterrâneas e que podem, ao entrar na cadeia alimentar, voltar para o ser humano. Temos experiências comprovadas em Cubatão (SP) de que o pescado da região apresenta teores elevados de metais pesados encontrados no carvão mineral”.

A explicação sobre os impactos sanitários está relacionada à liberação de óxido nítrico e óxido de enxofre durante a queima do carvão mineral, gases que são muito irritantes das vias aéreas superiores. Além dos efeitos sobre a saúde, esses gases contribuem para a existência de chuva ácida. Os riscos são minimizados pela técnica da Semace, a gerente regional de Unidade de Conservação da área de preservação ambiental do Pecém, Jeanete Koch. “Usaremos carvão colombiano, um dos melhores do mundo, cujo teor de cinzas e de enxofre é muito baixo”.

Doutora em engenharia ambiental, ela diz que enquanto os teores de cinzas e de óxido de enxofre do carvão mineral usado em termelétricas de Santa Catarina chegam a 45% e 8%, respectivamente, com o carvão colombiano que será utilizado no Ceará esses valores ficarão em 2% e 0,8%. As cinzas fazem parte do que se denomina “material particulado”, expressão usada para se referir à mistura de partículas sólidas e gotas de líquidos encontrada na atmosfera, como fumaça, fuligem e poeira. O material particulado e o óxido de enxofre podem se estender por milhares de quilômetros pela atmosfera e atingir comunidades distantes do ponto de emissão.

“Documento da própria Agência Nacional de Energia Elétrica coloca que a chuva ácida gerada a partir de um empreendimento de termelétrica pode atingir, dependendo das condições do microclima local, um raio de 80 a 300 quilômetros de distância. Então nós podemos vir a ter chuva ácida aqui em Fortaleza ou em Sobral por causa de empresas instaladas no Pecém”, alerta a professora Raquel Rigotto.

Segundo a representante da Semace, o Ceará e o Brasil não podem prescindir do uso do carvão mineral para produção de energia. “O Ceará não tem reservas hidrelétricas”, diz Jeanete. “De acordo com a empresa responsável pela termelétrica a ser instalada aqui, o empreendimento funcionará com tecnologia alemã, utilizada em vários países, e reduz a zero a emissão de CO₂”, defende Antonio Balhmann. “A Alemanha, que já tem várias termelétricas de carvão mineral instaladas e prevê mais 33 em oito anos, não convive com problemas de saúde pública”, reforça Jeanete.

O exemplo alemão, no entanto, é controverso. Um estudo encomendado pela organização ambientalista WWF e divulgado em 2007 aponta dez termelétricas alemãs entre as 30 mais poluentes da União Européia, embora a Agência Européia de Meio

Ambiente tenha anunciado a liderança do País na proteção ao clima no continente europeu – a Alemanha teria reduzido em 2,5% as emissões de CO₂ e outros gases prejudiciais ao clima, enquanto a média européia em 2005 foi de apenas 0,8%.

Para a realidade local, a existência de um complexo industrial como o do Pecém facilita o controle das emissões, na avaliação de Jeanete, por concentrar várias indústrias em uma só área. Além disso, foi instituída no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) a Câmara Técnica sobre Definição de Limites Máximos de Emissão de Poluentes Atmosféricos para Fontes Fixas em Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica no Estado. Envolvendo 13 instituições governamentais e não – governamentais, a câmara deve estabelecer ainda este ano os parâmetros de emissão. “Devemos ter parâmetros mais restritivos que a legislação federal existente. Os padrões que temos hoje são muito permissivos, queremos ser mais proibitivos.”, anuncia Jeanete, que também é relatora da câmara técnica.

Investimento em tecnologia contra emissões de gases

O carvão mineral é a segunda matriz energética mais utilizada no mundo, depois do petróleo. No Brasil, ocupa a quinta posição, antecedida pelo petróleo e derivados, biomassa, energia hídrica e gás natural. O plano decenal de energia do Governo Federal contempla a instalação de várias termelétricas à base de carvão mineral. “A situação é extremamente preocupante. A humanidade vai ter de buscar soluções porque é inevitável o uso do carvão”, aponta Osvaldo Carioca, professor do Departamento de Tecnologia de Alimentos da UFC e presidente do Centro de Energias Alternativas e Meio Ambiente (Cenea), instituição voltada para o desenvolvimento de pesquisas e sistemas de energias renováveis.

Segundo Carioca, há soluções de curto prazo as mais variadas para substituição do carvão mineral como matriz energética, mas são necessárias propostas para médio e longo prazos. “Há países como o Brasil cuja oferta de fontes alternativas pode adiar o uso do carvão mineral, mas esse uso é inevitável”, diz Carioca. Diante do dilema, a saída passa pelo investimento em tecnologia para controlar ou absorver as emissões que causem impacto ambiental. “A queima de combustível, fóssil ou não, gera volume de CO₂ razoável, cerca de 15% do volume de gases. A idéia é absorver CO₂ de diferentes formas”, observa o professor.

Há várias possibilidades em estudo ou já em aplicação. Uma está sendo pesquisada na UFC: o uso de algas para absorção de CO₂, que pode ser reutilizado na geração de biodiesel, um combustível limpo. “Isso significa um avanço gigantesco. O processo fotossintético das algas acontece na água, onde elas absorvem o CO₂ e se multiplicam. Se você tira as microalgas do ambiente aquoso, nela podemos ter até 50% de óleo vegetal

que vai produzir biodiesel. Nenhuma planta superior consegue a produtividade das microalgas, com exceção do dendê, que produz quatro mil litros de óleo por hectare. Inúmeros produtos podem ser tirados do CO₂. É preciso trabalhar o avanço da tecnologia em cima do problema”, descreve Carioca.

O professor acrescenta que nos últimos 50 anos, as repercussões ambientais da instalação de termelétricas foram reduzidas à metade nos Estados Unidos com o emprego de tecnologias para absorção do dióxido de carbono. “E há uma perspectiva dentro das novas tecnologias de reduzi-las a zero. A humanidade somente agora se deu conta do problema que vive”, avalia. O problema ao qual ele se refere são as altas emissões de gases de efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono. “No Brasil, o sistema de transporte é responsável por 40% das emissões de CO₂. No mundo, as termelétricas lideram, com 32%”.

O desenvolvimento tecnológico para absorção e controle do dióxido de carbono introduziu sistemas de filtro e de combustão mais eficientes. “Mas agora chegamos ao ponto crucial: eliminar de vez, ou melhor, seqüestrar o carbono de vez”, assevera Carioca.

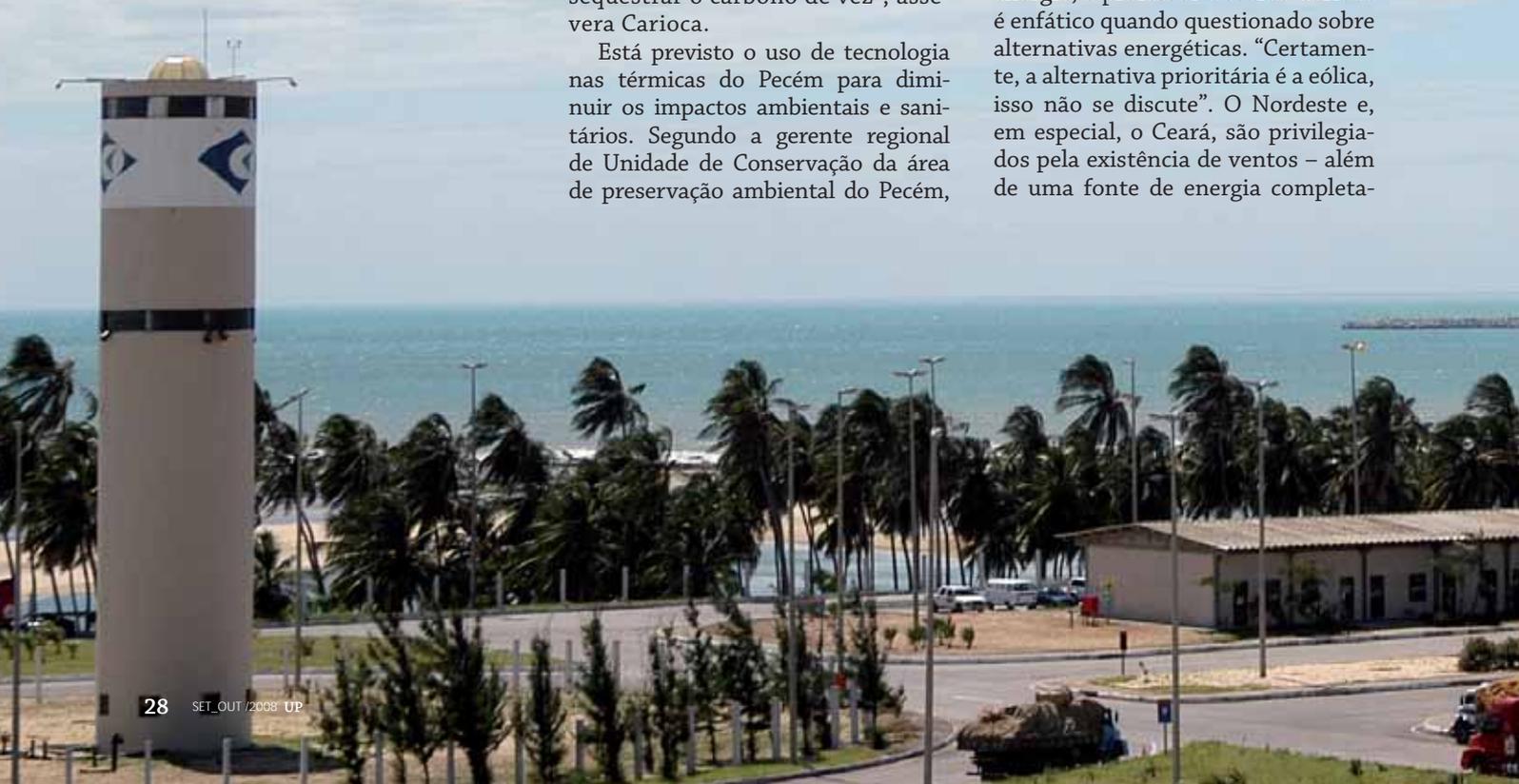
Está previsto o uso de tecnologia nas térmicas do Pecém para diminuir os impactos ambientais e sanitários. Segundo a gerente regional de Unidade de Conservação da área de preservação ambiental do Pecém,

Jeanete Koch, a emissão de material particulado poderá ser reduzida com o uso dos chamados filtros de manga ou eletrostáticos. A técnica da Semace garante que várias mudanças foram feitas pelas empresas nos seus projetos originais de instalação das termelétricas em função de recomendações propostas pelo órgão ambiental.

Nos projetos foram incluídos mecanismos como controle de pulso contínuo *on-line* das emissões que estiverem sendo lançadas, fixador em pilha de carvão para controlar a emissão de material particulado e impermeabilização de pátio de carvão. Ela acrescenta que a cada ano as empresas têm de renovar a licença para continuar operando e a cada três meses apresentar relatórios de automonitoramento – sobre a emissão de efluentes atmosféricos, mas também sólidos e líquidos. Para Jeanete, a saída é por aí: fazer o controle das emissões, e não recuar nas instalações de unidades geradoras de energia termelétrica.

Alternativa ao carvão mineral

Com uma experiência de mais de 30 anos em pesquisas sobre fontes de energia, o professor Osvaldo Carioca é enfático quando questionado sobre alternativas energéticas. “Certamente, a alternativa prioritária é a eólica, isso não se discute”. O Nordeste e, em especial, o Ceará, são privilegiados pela existência de ventos – além de uma fonte de energia completa-



mente limpa, eles têm velocidades médias altas e poucas variações de direção e turbulência durante o ano.

“O uso dessa energia tem enormes benefícios para o Nordeste porque, na medida em que avançarmos, podemos até economizar água do São Francisco. Não sabemos por que esse programa está tão atrasado”, acrescenta Carioca. Uma das respostas pode ser a falta de empenho governamental, mas também uma polêmica em função dos locais previstos para a instalação dos parques eólicos.

“Existe a outorga de mais de 30 usinas eólicas no Ceará e quase todas em cima das dunas, o que necessita uma série de vias de acesso, estradas, cortes, aterros que vão modificar sua estrutura morfológica e interferir diretamente nas suas funções e serviços ambientais amortecedores dos efeitos previstos pelas consequências do aquecimento global. Estão sendo instaladas sem levar em conta alternativas locais, isto é, áreas mais adequadas de modo a proteger as dunas de um profundo processo de degradação. Os impactos cumulativos, com análise integrada do conjunto dos impactos das várias usinas eólicas, não foram definidos, essencial para fundamentar uma política eficaz de preservação e conservação das dunas fixas e móveis em acelerado processo de degradação”, questiona o professor do Departamento de Geografia, Jeovah Meireles.



Pedra inaugural de uma das usinas termelétricas do Porto do Pecém foi lançada em julho passado. Comunidade local se manifestou contra possíveis agressões ambientais do empreendimento

Outro questionamento é a interferência dos parques sobre a paisagem. Embora a poluição visual pareça questão menor, mesmo para ela já há solução tecnológica disponível. Na Europa, existem iniciativas para geração de energia eólica mar adentro, ou seja, parques *off shore*. “Temos vários desses parques, que são espécies de plataformas no mar, principalmente no Norte da Europa”, descreve o professor Carioca. Por aqui, a experiência poderia ser reproduzida sem muitas dificuldades. “Há uma plataforma nas proximidades do Pecém de 20 quilômetros mar adentro e outra perto de Camocim

de 60 quilômetros, locais ideais para implantar um parque dessa natureza. A 20 quilômetros da beira da praia, você praticamente não vai ter nem o aspecto visual interferindo”, argumenta Carioca.

A gerente regional de Unidade de Conservação da área de preservação ambiental do Pecém, Jeanete Koch, defende o uso de fontes alternativas, mas como complementares. “No Ceará, temos apenas três meses do ano com muito vento, e as energias eólica e solar não oferecem tensão elétrica firme constantemente”, finaliza.



Τίς ἡ γλῶττα;

(Que língua é essa?)

*texto em grego

Cada vez mais pessoas se interessam pelo estudo de línguas pouco convencionais. Na UFC, os cursos de grego, latim e esperanto são um diferencial para quem busca mais que aprender um idioma

Um estudante de Física interessado em ler textos em latim de Isaac Newton (1643-1727), cientista inglês que descreveu a lei da gravitação universal. Alunos de Psicologia que querem estudar grego para uma compreensão melhor sobre mitos criados na Grécia Antiga. Pessoas que desejam aprender esperanto para fortalecer laços associativos e de relacionamento que a cultura esperantista promove. Eis alguns exemplos que ilustram a diversidade de motivações para conhecer o latim, o grego ou o esperanto em cursos oferecidos na UFC.

É bem verdade que os idiomas preferenciais são o inglês, o espanhol e o francês, mas outras línguas – menos convencionais, digamos – também atraem aprendizes, e não são poucos. A demanda por cursos de extensão em esperanto, grego ou latim tem superado a oferta inicial de vagas, sendo necessária, em algumas ocasiões, a abertura de uma segunda turma.

O número de vagas previsto para a turma de esperanto neste semestre não superava 30, mas se inscreveram 100 pessoas. “A procura é sempre além das expectativas”, observa o professor José Leite Júnior, do Departamento de Literatura, e para quem o contato inicial com a língua aconteceu há apenas três anos, de forma curiosa – foi morar na Rua Esperanto, no bairro Vila União, e ganhou um livro de conversação em esperanto. Quinze dias depois já havia aprendido a nova língua, e após

seis meses estava ensinando.

A facilidade de assimilação é uma das vantagens do esperanto. “O alfabeto é totalmente fonético: o que se lê é o que se escreve, e isso evita problemas de ortografia. A gramática é simples, fundamentada em 16 regras. Em quatro meses, a pessoa sai em condições de traduzir, ler e falar. E o seu aprendizado facilita a aquisição de outras línguas, pois o esperanto é 60% latino e 40% germânico e eslavo, além de ter um sistema livre de permuta de radicais semelhante ao de línguas orientais, como o mandarim, a língua mais falada no mundo”, explica Leite Júnior.

O esperanto é uma língua neutra, internacional; não pode pertencer a nenhuma nação, embora esteja presente em 120 países. “Essencialmente internacionalista e pacifista, acolhe todas as religiões e filosofias. Não é apenas uma língua, é um instrumento para um movimento maior, de união entre os povos, disseminação dos ideais de paz...”, compreende Wagner Coelho, cujo interesse pelo esperanto foi despertado no movimento espírita. Ele ingressou na primeira turma do curso da UFC, há dois anos e meio, e hoje é também professor de esperanto. Mais do que uma língua, o esperanto é, portanto, uma cultura. É mais do que o conhecimento da língua, o contato com ela é a aproximação com essa cultura.

O estudo das línguas clássicas – grego e latim – também é um encontro com a cultura greco-romana. “O

que estudamos não é voltado para a língua em si, mas para a cultura clássica”, observa o professor Orlando Luiz de Araújo. O foco do curso não é para a conversação e o aprendizado do grego moderno. “O principal objetivo é traduzir textos antigos, e o interesse maior é compreender a cultura”, acresce a professora Ana Maria César Pompeu.

Orlando e Ana Maria dão aulas no curso de extensão de grego clássico, oferecido pelo Núcleo de Cultura Clássica, do Departamento de Letras Estrangeiras. O núcleo também criou o curso de mitologia greco-romana, a oficina para leitura e escrita em grego, a especialização em latim e grego, o grupo de revisão e reforço em gramática grega e outro para tradução de textos em grego envolvendo alunos que se sobressaem na extensão e na graduação em Letras, que oferece duas disciplinas opcionais de grego.

Com duração de três anos, o curso de extensão tem um público bem diversificado. “O interesse em conhecer a língua e a cultura clássicas tem aumentado e principalmente entre os mais jovens”, avalia o professor Orlando. Além dos alunos da UFC, de cursos como Letras, Direito, Filosofia, História, Arquitetura e Psicologia, estudantes de outras instituições, principalmente de Teologia, e pessoas da comunidade em geral demandam vagas. Universitários ou não, eles são despertados pela possibilidade de se deparar com a literatura grega, ler originais de

grandes filósofos e historiadores e documentos da arte clássica e estudar a Bíblia. “Entre os alunos, temos desde colegas nossos, professores-doutores, até estudantes de nível médio”, exemplifica Ana Maria.

“É curioso como as pessoas estranham os estudantes de grego e latim. Elas pensam que eles são de gosto e aspecto excêntricos. Como professor dessas línguas, os alunos imaginam que sou bem idoso ou um clérigo de cabelos brancos e roupa sacerdotal. Na verdade, o estudo das línguas clássicas é válido para qualquer pessoa que queira compreender o processo de formação do pensamento ocidental por meio de textos antigos, do estudo do grego clássico”, diz Liebert Muniz, que tem apenas 26 anos, é bacharel em Teologia, graduando em Letras, ex-monitor em língua grega e atual monitor de língua latina na graduação em Letras.

O interesse pela língua reduz as diferenças de idade, e de repente, estão lá jovens e adultos aprendendo em pé de igualdade. “Na oficina para ler e escrever em grego, a gente quase pega na mão dos alunos. É alfabetização mesmo, e todos se sentem com menor idade”, graça Ana Maria. O exemplo é revelador sobre a dificuldade da língua. “Não é uma língua fácil de aprender, precisa interesse muito grande”, reforça Orlando. Talvez por isso seja recorrente o uso da expressão “falando grego” para designar oralidades de difícil compreensão.

Embora mais popular pela utilização nas missas até a década de 1960, o latim também não é uma língua fácil e deixou de fazer parte da liturgia católica justamente por ser pouco acessível aos fiéis. “Muitos acham que língua clássica é simples como francês ou espanhol, mas para aprender latim, é preciso assiduidade, empenho pessoal e dedicação fora da sala de aula. A língua clássica é complexa em termos gramaticais”, completa o professor do curso de extensão em latim e coordenador do curso de Letras da UFC, Roberto Arruda.

Assim como o curso de grego, a extensão em latim é oferecida pela UFC há mais de duas décadas e tem grande procura. Na graduação em Letras, os estudantes têm a oportunidade de cursar disciplinas como Literatura Latina, Cultura Romana e Filologia Românica. Na extensão, os interessados encontram um curso básico da gramática latina com duração de um ano. “O curso é para leitura e conhecimento gramatical”, esclarece Roberto.

A procura é maior por alunos de Direito, Filosofia e Letras – universitários da UFC e de outras instituições interessados principalmente em ler leis e sentenças jurídicas, textos filosóficos ou material filológico em latim. O professor já encontrou aluno de Arquitetura interessado na leitura de texto clássico de Marcos Vitruvio Polião, arquiteto romano que viveu no século I a.C e cuja obra constitui o único tratado europeu do período clássico que chegou aos nossos dias. Nessa mesma linha de interesse, há casos como o de um professor da Agronomia que procurou fazer o curso desejando ler livros antigos da sua área em latim.

“Um dos melhores alunos que tive foi um professor-doutor em Geometria”, revela Roberto. Embora pertença a uma área de estudo aparentemente sem identificação com a língua, o professor lia em latim. A semelhança entre as duas áreas, segundo Roberto, está na “estrutura lógica” que tanto o latim quanto a Matemática têm. Para os estudantes da graduação em Letras apreciadores e estudiosos do latim e do grego, a novidade é que, a partir deste ano, quem concluir o curso pode sair com habilitação em línguas clássicas.

A antiga e a nova Casa de Cultura do Esperanto

Embora o esperanto seja oferecido hoje na UFC como curso de extensão ligado ao Departamento de Literatura, a Universidade já abrigou a Casa de Cultura do Esperanto,

que existiu por mais de 20 anos onde hoje é a sede do Sindicato dos Trabalhadores da UFC (Sintufce). A iniciativa partiu do fundador da UFC, Antônio Martins Filho (1904-2002), que foi reitor de 1955 a 1967. O local deixou de existir como casa de cultura, mas mantém a sua frente o busto de Lazaro Ludoviko Zamenhof (1859-1917), o médico polonês que criou a língua em 1887 e cujo pseudônimo era “esperanto”, aquele que tem esperança.

A casa teria fechado por falta de procura, explicação que não convence o professor José Leite Júnior. Ao ingressar no Departamento de Literatura há dois anos e meio, ele propôs a retomada do curso e tem percebido grande interesse pela língua. Empolgado, o professor quer agora resgatar a Casa de Cultura do Esperanto. “Como temos a Casa Amarela, para o cinema e a fotografia, podemos ter a Casa Verde do Esperanto, para ensino, cultura de paz e turismo de relacionamento”, propõe, num recado à administração da UFC. Até o local, ele imagina onde seria. “Ao lado da Casa de Cultura Italiana. Estou de olho no terreno que tem ali”, diz. ☺



Procura por aulas de Esperanto supera o número de vagas oferecidas. Facilidade de assimilação é uma das vantagens da língua

A passos lentos

Há menos pobres e menos ricos no Ceará. A informação está em um estudo realizado por pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN) da UFC. Em 11 anos, os pobres, que em 1995 eram quase 70% da população cearense, passaram a representar menos de 60% da sociedade

Fortaleza é uma cidade de contrastes. Enquanto os carros importados dominam as ruas, no meio delas, centenas de mulheres, homens e crianças tentam apurar umas moedas para a refeição do dia. A cena não é “privilégio” da metrópole. O abismo entre as classes sociais na capital é apenas o reflexo da concentração de renda presente em todo o Brasil, em especial, na região Nordeste. O cenário, entretanto, está timidamente se modificando.

Entre 1995 e 2006, a classe de pobres, que incluía quase 70% da população cearense, caiu para 58,63%. Por outro lado, os ricos perderam espaço na sociedade, deixando de representar 0,25% da população para chegar aos 0,16%. Enquanto isso, a classe média baixa ganhou novos integrantes: saltou de 6,06% para 14,06%. O salto também foi dado pela classe média, que cresceu de 18,90% para 22,99%. Já a classe média alta foi reduzida de 3,22% para 2,61%. Traduzindo: a renda no Ceará, enfim, está mais bem dividida.

Os dados são do trabalho “Evolução dos indicadores de renda, desigualdade e pobreza para o Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza: uma visão comparativa nacional Pós-Plano Real”, realizado por pesquisadores do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP), vinculado ao Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN) da Universidade Federal do Ceará.

A pesquisa analisou o período que vai de 1995 a 2006 e teve como parâmetro as últimas informações disponibilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006. Para calcular a evolução da concentração de renda, o estudo levou em conta o coeficiente GINI e para estabelecer os indicadores de pobreza, fez uso das metodologias da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De uma forma geral, a pesquisa constatou que em todos os estados e regiões do País há “uma tendência declinante na desigualdade de renda desde 1995, com queda mais acentuada em 2001”. O declínio é associado a “um moderado aumento de renda familiar média per capita, garantindo um perfil constante de redução dos níveis de pobreza” nas diversas localidades do País.

De acordo com o estudo, nos últimos 11 anos, a desigualdade de renda no Ceará caiu mais de 10%. Somente no ano de 2006, essa redução chegou a 5,28%, perdendo somente para os estados do Rio Grande do Norte (6,54%), Goiás (8%) e Amapá (8,69%). Em todo o Brasil, a diminuição de concentração de renda teve início em 1998, fortalecendo-se em 2002. Desse ano até 2006, a redução total no período foi de 1,1% ao ano.

Para o professor Flávio Ataliba, um dos responsáveis pelo estudo, entre os dados mais significativos da pesquisa está o expressivo crescimento da classe média e média baixa, assim como a quantidade de pessoas que cruzaram a linha da indigência no Ceará, ou seja, deixaram de viver com renda familiar per capita abaixo dos R\$103,75, segundo classificação do Ipea. Dos quase três milhões de indigentes que havia no Ceará em 1995, o número diminuiu para cerca

de 2,6 milhões em 2006, uma queda de mais de 13%.

Embora não haja um estudo que indique os motivos do crescimento de renda da população menos favorecida, o pesquisador Flávio Ataliba aponta cinco principais pontos que podem explicar o fenômeno. Um deles seria o próprio crescimento econômico que o Brasil vem apresentando desde 1995. “Isso representa um aumento de renda para todo mundo”, explica. Segundo ele, apesar de modesto (em torno de 4% ao ano), o índice é permanente, com exceção dos anos de 1998 e 1999, quando houve uma turbulência na economia brasileira, e em 2002, às vésperas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumir governo.

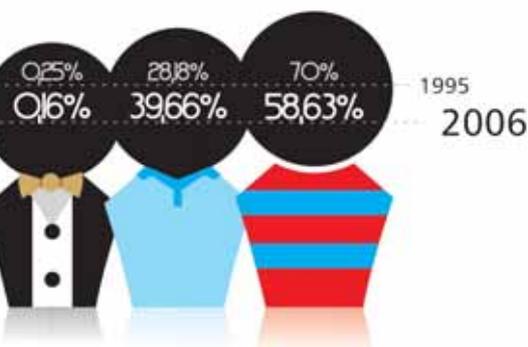
Outro ponto seria o controle da inflação no período, o que ajuda as pessoas pobres manterem mais estáveis a sua renda. Uma terceira justificativa teria sido o aumento na taxa de matrícula nas escolas brasileiras e a conseqüente melhoria da educação, fazendo com que as pessoas tenham chegado no mercado de trabalho mais qualificadas. Programas de transferência de renda, primeiro o Bolsa-Escola, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, e depois o Bolsa-Família no Governo Lula, também podem ser apontados como causas para o crescimento de renda dos mais pobres. Por último, o professor assinala a atuação dos micro-créditos, que trabalham na concessão de crédito às pessoas pobres.

As pequenas transformações no cenário socioeconômico brasileiro podem ser vistas principalmente nas mudanças de consumo da população.

“Elas [pessoas da classe média] passaram do estágio de suprir suas necessidades alimentares e passaram a consumir bens supérfluos”, destaca Ataliba. O dinheiro que antes ia para suprir as necessidades básicas agora começa a ser investido na compra da casa própria, carro zero quilômetro, vestuários e calçados, aponta o professor.

Melhor individualmente, ruim no coletivo

Apesar de isoladamente o Ceará apresentar dados dignos de comemorações, quando comparada com



Fonte: LEP/CAEN

INDICADORES SOCIAIS (IPEA)

Indigentes: renda familiar per capita inferior a R\$ 103,75 (1/4 do salário mínimo)

Pobres: renda familiar per capita inferior a R\$ 207,50 (1/2 salário mínimo)

Classe média baixa: renda familiar per capita de R\$ 207,50 a R\$ 1.064

Classe média: renda familiar de R\$ 1.064 a R\$ 4.591

Classe média alta: renda familiar de R\$ 4.591 a R\$ 16.600 (40 salários mínimos)

Ricos: renda familiar superior a R\$ 16.600 (40 salários mínimos)

o restante dos estados brasileiros, a situação cearense continua preocupante. Entre 1995 e 2006, o Estado, juntamente com estados do Piauí e Maranhão, apresentou os níveis mais baixos de renda do trabalhador. Em 2006, o Estado registrou o menor valor entre todos os outros da federação, com uma média de R\$ 500,00.

Outro dado significativo foi o pequeno crescimento do Estado em relação à renda familiar per capita média (soma de toda a renda da família dividida pelo número de membros da família) dos estados brasileiros entre 1995 e 2006. Enquanto o Piauí e Maranhão - estados líderes da lista dos menores níveis de renda do trabalhador no Brasil - apresentaram as melhores variações de renda familiar per capita, com crescimento de 57,37% e 50,78%, respectivamente, no Ceará esse índice foi de apenas 14,44%.

Na capital, o cenário se repete. Em 2006, Fortaleza foi a cidade que apresentou a pior renda familiar per capita média, com R\$ 387,49, contra R\$ 996,10 de Brasília, região metropolitana com o maior índice. De 1995 a 2006, o crescimento em Fortaleza foi de pouco mais de um real, saindo de R\$ 375,39 para R\$ 376,72. Durante todo o período, a capital cearense esteve abaixo da média nacional, que girou em torno do R\$ 450,00. Quando se avalia o mesmo dado na classe pobre, a constatação é semelhante. A renda familiar per capita média dos pobres de Fortaleza também é a mais baixa do Brasil, com R\$ 83,85 em 1995 e R\$ 87,35 em 2006.

“Houve uma melhora razoável na renda dos pobres, só que o nível anterior de vulnerabilidade era tão elevado que, mesmo com essa melhora, ainda é muito pouco para o que se tem que fazer”, defende Ataliba. Ao invés das grandes obras estruturais, para o professor, os governos devem priorizar setores como educação e saúde como forma de melhorar toda a estrutura socioeconômica brasileira. “Pessoas mais qualificadas, com melhor saúde

são mais produtivas. Indiretamente, você está melhorando a economia como um todo”, conclui.

Pesquisas reforçam dados

As conclusões de Ataliba estão reforçadas no estudo “Crescimento pró-pobre: diferença de intensidade entre rural e urbano no período 2002-2005”, de autoria dele e do professor Dilson José de Sena Pereira (Universidade Federal de Alagoas) e do mestrando Carlos Alberto Manso (CAEN). O objetivo do artigo foi verificar a relação entre o crescimento econômico e seus benefícios para a redução da pobreza nos setores das grandes regiões brasileiras.

De acordo com a pesquisa, a redução da pobreza no setor rural foi mais intensa apenas na região Sul, enquanto o setor urbano foi mais intenso na região Sudeste. “A região Nordeste, apesar de ainda manter a frente nos indicadores de desigualdade de renda e pobreza, mostra-se distante de uma redução de pobreza com intensidade capaz de, nos próximos anos, reduzir significativamente a distância que a separe da região Sudeste”, concluem os pesquisadores.

O trabalho foi um dos 48 artigos acadêmicos de todo o Brasil escolhidos para ser discutidos no Fórum BNB de Desenvolvimento, realizado nos dias 17 e 18 de julho, sede do BNB em Fortaleza. O artigo concorreu ao XIII Prêmio BNB de Economia Regional e foi premiado em primeiro lugar na categoria profissional. Em segundo lugar, foi classificado o artigo “Especialização Industrial e Economia de Escala: uma análise a partir das microrregiões brasileiras”, de autoria dos professores Francisco de Assis Soares (CAEN/Mestrado Profissional em Controladoria - MCP) e Sandra Maria dos Santos (MPC) e do aluno de economia Elton Eduardo Freitas, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado (FEAAC) da UFC. **up**

Educação no combate ao câncer

Diagnóstico tardio e falta de informação são os principais agravantes no tratamento do câncer. O Grupo de Educação e Estudos Oncológicos (GEEON), projeto de extensão da UFC, promove a educação da população sobre câncer e suas formas de prevenção através de palestras, campanhas e materiais de orientação

por Naara Vale



“A minha vida melhorou depois do câncer. Passei a ser uma mulher mais participativa, mais dedicada, enfim, mais gente”. Relatos como o da professora Lúcia Arraes, acometida por um câncer de mama em 1994, são quase inimagináveis quando se trata de uma doença que ganha proporções assustadoras a cada ano. Segundo uma previsão do Instituto Nacional do Câncer (Inca), entre 2008 e 2009, aproximadamente, 470 mil novos casos da doença devem ocorrer no Brasil. Apenas em relação ao câncer de mama, o Inca calcula que o número de novos casos no País, em 2008, será de 49.400, com um risco estimado de 51 casos a cada 100 mil mulheres.

Embora os homens não estejam livres do problema, são as mulheres as vítimas mais comuns do câncer de mama. Dados do Inca revelam que a cada ano cerca de 22% dos casos novos da doença, em mulheres, são de mama. Não bastasse a série de fatores de risco ligados à vida reprodutiva da mulher (menarca precoce, nuliparidade, idade da primeira gestação acima dos 30 anos, anticoncepcionais orais, menopausa tardia e terapia de reposição hormonal), a falta de prevenção e a conseqüente descoberta tardia da doença agravam o problema, dificultando as chances de cura.

Mesmo antes de se tornar uma das doenças mais disseminadas no mundo, um estudo sobre o câncer, realizado na década de 1980, pelo

oncologista Luiz Porto, professor do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da UFC, constatou que a maioria dos pacientes acometidos por câncer, no Ceará, só procurava o serviço médico em fase muito avançada. Um vez que ainda não há tratamento definitivo para a doença, em casos assim, as chances de cura são ainda mais escassas.

Os resultados do estudo foram o pontapé inicial para criação do Grupo de Educação e Estudos Oncológicos (GEEON) que, desde 1988, reúne, sob a coordenação de Luiz Porto, médicos e profissionais de outras áreas empenhados no controle do câncer no Ceará. Fundado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 1992, logo o GEEON ganhou força e tornou-se projeto de extensão do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da UFC.

Já no segundo ano de funcionamento como ação acadêmica, o Grupo ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão da Universidade. “Nós percebemos que se não nos envolvêssemos com a academia, não conseguiríamos os resultados desejados”, conta Luiz Porto. E como para este especialista alcançar resultados deveria ser uma coisa muito além das pesquisas realizadas dentro dos laboratórios, o grupo de estudo passou a direcionar suas ações para fora dos muros da sede do Lions Club, no bairro Rodolfo Teófilo, onde está instalado o GEEON.

Como uma de suas ações prioritárias, começou a promover a educação da população sobre câncer e suas formas de prevenção através de palestras, campanhas e materiais de orientação. Hoje é uma das referências no assunto, status que lhe rendeu um convite do Governo do Estado para ajudar na assessoria do controle de câncer no Ceará, além de ter sido reconhecido como instituição de utilidade pública pela Assembléia Legislativa.

Parcerias que salvam vidas

A seriedade do trabalho também já ajudou a tecer parcerias importantes em atividades da entidade. Uma delas é o Projeto Iracema, que tem como objetivo identificar, no bairro Rodolfo Teófilo, mulheres com histórico familiar de câncer de mama, pacientes assintomáticas e encaminhá-las para a realização de exame preventivo em serviços especializados. Outro ponto importante do Projeto é levar informações sobre a doença maligna da mama, alertando que o diagnóstico precoce aumenta a chance de cura.

O projeto é um dos pioneiros do GEEON e, há cerca de dois anos, ganhou impulso com a parceria estabelecida com a Secretaria Municipal de Saúde, que lhe disponibilizou agentes comunitários e profissionais do Programa Saúde da Família para fazer o trabalho no

bairro. O Programa está fazendo o treinamento dos profissionais da saúde para identificar o câncer em todos os estágios da doença.

Desde agosto último, a atividade passou a ser facilitada com a instalação de um mamógrafo na sede do GEEON. A expectativa é que o equipamento atenda a toda a população de mulheres acima de 50 anos do Rodolfo Teófilo (cerca de três mil, segundo informou Luiz Porto). Depois de diagnosticadas no GEEON, se necessário, as mulheres serão encaminhadas ao Hospital Universitário Walter Cantídio para darem início ao tratamento. “O meu desafio maior é oferecer, aqui, o mesmo atendimento que é oferecido na Aldeota”, desabafa o professor.

O recurso vai ajudar a desafogar a procura pelo serviço na Maternidade Escola Assis Chateaubriand e ampliar a cobertura de mamógrafos no Estado, que hoje é um dos mais precários do Brasil, conforme levantamento do Inca.

Educar para combater

Os trabalhos do GEEON apostam nas ações educativas como forma mais eficaz de combater o câncer. Exemplo disso é o projeto “Educação em Oncologia nas Escolas”, destinado, principalmente, aos professores da rede pública de ensino. Médicos, bolsistas e voluntárias do GEEON vão até as escolas dar palestras sobre a importância de adotar hábitos saudáveis que previnam o câncer. “A gente espera que esses professores mudem essa realidade a médio prazo”, diz o Luiz Porto.

Segundo o médico, o projeto visa atingir, além de professores, alunos da rede pública para que eles possam repassar as informações para seus familiares, ampliando assim a rede de conscientização promovida pelo GEEON. “A gente usa uma linguagem bem simples nas palestras para que eles entendam”, conta o estudante de Medicina Pedro Henrique Filgueira, um dos bolsistas do GEEON.

Nessa mesma linha, em 1999, o grupo desenvolveu o projeto “Santo Afonso: Educação Preventiva do Câncer”, destinado aos jovens da Escola de Ensino Fundamental Santo Afonso, no bairro da Parquelândia, em Fortaleza. Aproximadamente 1.089 alunos de ensino básico e fundamental da escola assistiram a palestras sobre a necessidade de prevenção da doença. Os resultados foram detectados através da sensível melhora no acerto das perguntas de um questionário aplicado antes e depois das palestras.

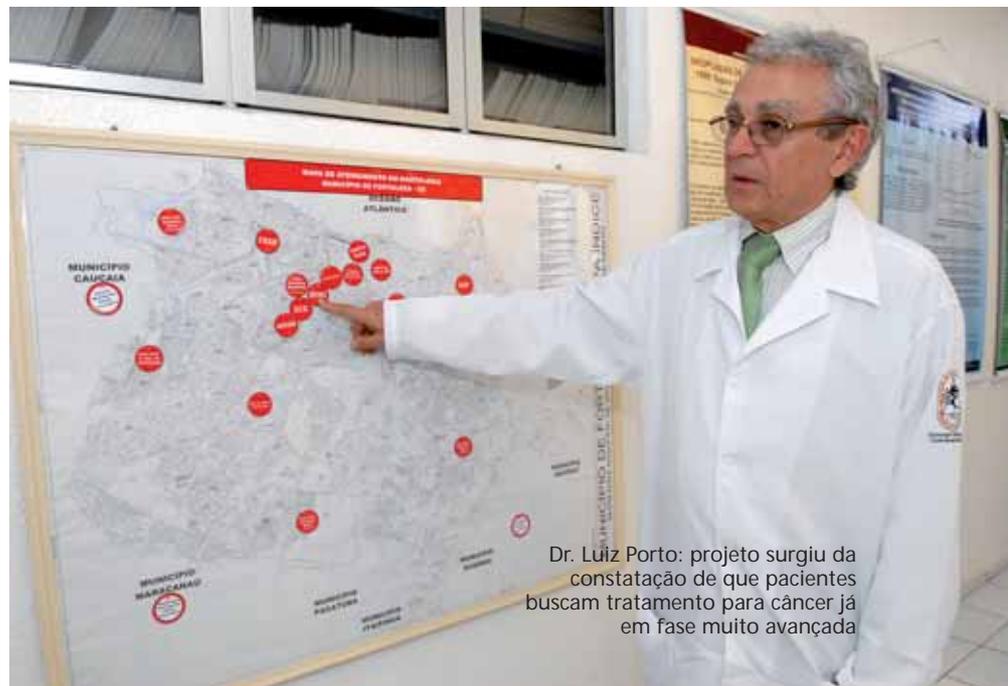
Outro tipo de ação são as campanhas educativas. Com folhetos, cartazes e cartilhas em punho, os voluntários do GEEON saem pelos mais diferentes espaços públicos de Fortaleza na tentativa de alertar a população sobre os cuidados com a doença. Recentemente, o Grupo ganhou um espaço para realizar suas ações também na Rádio Universitária FM 107,9, através do programa “Saúde e Estética”, veiculado às quintas-feiras, das 14h às 15h.

E embora os trabalhos do GEEON estejam concentrados na educação da população, pesquisas de grande

porte são desenvolvidas nos laboratórios do local. Atualmente, o grupo está com cinco trabalhos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, em andamento, todas desenvolvidas a partir de pesquisas realizadas pelo Grupo.

Uma das mais significativas é o “Estudo experimental das cadeias linfáticas e das estações específicas de drenagem das várias regiões anatômicas (linfonodos sentinelas) em animais de laboratório”, cujo objetivo é desenvolver técnicas que identifiquem o linfonodo sentinela (primeiro local a ser acometido pelo câncer em caso de disseminação da doença – processo de metástase). Essa identificação permite ao médico a definição de qual é o melhor tratamento cirúrgico para cada paciente.

Para a realização das pesquisas, os estudiosos contam com uma ampla biblioteca com diversos títulos na área de oncologia, além de uma biblioteca virtual, que fica aberta ao público durante a semana. Ali estão guardadas referências importantes como a coleção dos últimos 30 anos da revista *Cancer*, uma das mais res-



Dr. Luiz Porto: projeto surgiu da constatação de que pacientes buscam tratamento para câncer já em fase muito avançada

peitadas na área. O GEEON possui ainda um laboratório de cirurgia experimental onde é realizada a maioria das pesquisas. O espaço conta também com dois auditórios com internet, utilizados para a realização de conferências entre os pesquisadores do grupo e de outras instituições.

União para o combate

Em 1994, o diagnóstico de um câncer de mama em estágio já avançado fez a vida da então dona de casa, Lúcia Araes, tomar um novo rumo. “Primeiro veio o susto, depois, a vontade de ficar boa”, diz. A partir daí, a rotina de Lúcia, que há 14 anos não fazia um exame de mamografia, passou a ser dividida entre a família e os consultórios médicos. “Isso [o câncer] nem passava da minha cabeça”, conta.

Nas filas de atendimento em ambulatórios e hospitais, ao invés do desânimo comum aos pacientes que precisam enfrentar os dolorosos tratamentos com quimioterapia e radioterapia, ela descobriu uma vocação que jamais imaginara. “Eu via as pessoas mais doentes que eu e comecei a cuidar delas”, lembra. O tratamento oferecido por Lúcia eram simples conversas, um pouco de atenção e carinho às mulheres que passavam pelo mesmo problema que ela. “Eu sei o que as pessoas com câncer querem ouvir porque eu já passei pela mesma coisa que elas”.

O trabalho virou rotina para a dona de casa, ou melhor, um hobby, como ela prefere chamar. Como forma de retribuição à atenção dada pelo médico Luís Porto enquanto a tratava da doença, Lúcia resolveu se unir ao grupo de apoiadores do GEEON, onde há 13 anos faz trabalhos voluntários. “Isso faz com que você esqueça a sua doença porque você passa a cuidar dos outros”, ressalta.

O GEEON conta hoje com cerca de 100 voluntários, na sua maioria mulheres que já tiveram câncer de mama. Elas se dividem entre as mais diferentes tarefas, tais como, captação de recursos para o Projeto,

auxílio na administração e na execução das campanhas educativas. Uma das ações do grupo é a organização da “Festa por Amor”, uma ação beneficente para arrecadar fundos para a prevenção do câncer. Neste ano, a festa chega à sua 9ª edição e será realizada no dia 28 de novembro, no Ideal Clube.

Outra forma de atuação das voluntárias é na criação de projetos que auxiliam outros pacientes de câncer durante o tratamento ou mesmo depois. Atualmente, elas estão formando um grupo de mulheres mastectomizadas (que precisaram retirar um ou os dois seios por conta do câncer de mama). O grupo vai realizar oficinas de arte, psicoterapia e terapia ocupacional para melhorar a auto-estima das pacientes, explica Sara Cunha, secretária do Ambulatório de Mastologia da

UFC, que precisou ser mastectomizada por conta de um câncer de mama descoberto em 2003 e hoje é uma das voluntárias do Projeto.

O grupo de voluntariado do GEEON é composto ainda por advogados que prestam assessoria jurídica às pacientes. Eles auxiliam as pacientes para que consigam, através da justiça, com que o Estado garanta a elas tratamento adequado e remédios que não são distribuídos na rede pública de saúde, todos geralmente muito caros. “São essas pequenas vitórias que me fazem continuar”, comemora Luiz Porto.

Em reconhecimento à luta dessas mulheres, o GEEON inaugurou recentemente a sala Núbria Brasileiro, onde estão expostas fotos de mulheres que, como aquela que dá nome ao espaço, lutaram e venceram o câncer.

CÂNCER GERAL			
Localização primária	Estimativa de casos novos		
	Masculino	Feminino	Total
Próstata	49.530	-	49.530
Mama Feminina	-	49.400	49.400
Traquéia, Brônquio e Pulmão	17.810	9.460	27.270
Cólon e Reto	12.490	14.500	26.990
Estômago	14.080	7.720	21.800
Colo do Útero	-	18.680	18.680
Cavidade Oral	10.380	3.780	14.160
Esôfago	7.900	2.650	10.550
Leucemias	5.220	4.320	9.540
Pele Melanoma	2.950	2.970	5.920
Outras Localizações	55.610	62.270	117.880
Subtotal	175.970	175.750	351.720
Pele Não-Melanoma	55.890	59.120	115.010
Todas as neoplasias	231.860	234.870	466.730

O tipo mais incidente no País, em 2008, será o câncer de pele não melanoma, com 115.010 casos a cada ano. Em seguida, vêm: câncer de próstata (49.530 novos casos), mama (49.400), pulmão (27.270), cólon e reto (26.990), estômago (21.800) e colo de útero (18.680).

Fonte: INCA

Mais livros

Mais de 8.600 novos livros estarão nas prateleiras das bibliotecas da UFC em 2009. A remessa está sendo adquirida através do Programa Especial de Atualização dos Acervos de Bibliotecas. Todos os cursos de graduação participaram do edital e receberão novos títulos

As bibliotecas da Universidade Federal do Ceará vão ganhar 8.661 novos títulos. A informação é do diretor do Sistema de Bibliotecas da UFC, Jonathan Soares. A compra dos títulos está em fase de licitação e, segundo informou o diretor, a previsão é que os livros cheguem na UFC, no máximo, até janeiro de 2009 e ainda no primeiro semestre estejam disponíveis para consultas e empréstimos.

Ao todo, são 21.770 exemplares que serão divididos entre os cursos de graduação e pós-graduação dos campi de Fortaleza e do interior. O total do investimento é de R\$ 2.074.841,52, o maior valor gasto em compras de livros na história da UFC. A ação é parte do Programa Especial de Atualização dos Acervos de Bibliotecas, que prevê a aquisição periódica de exemplares para as bibliotecas. As principais demandas bibliográficas de cada curso são atendidas através de um edital formulado pela UFC.

Nesta primeira ação do Programa, todas as coordenações de cursos de graduação da UFC responderam ao edital lançado no último mês de maio, apresentando suas demandas. Cada proposta foi analisada por um Comitê de Avaliação, o qual definiu a compra de até 100 títulos por curso de graduação, com o limite de quatro exemplares para cada título. Já para a pós-graduação, foi decidida a aquisição de todos os títulos indicados, com o limite de um exemplar para cada título.

Juntos, os cursos de graduação e pós fizeram a solicitação de 13.043 títulos, sendo 8.485 solicitações da graduação e 4.558 da pós-graduação. Os cursos que mais solicitaram a compra de títulos para as suas bibliotecas foram: Filosofia, com 1.305 pedidos; Letras, 648; Psicologia (Sobral), 444; e a Faculdade de Direito, 416. Cada um deles receberá, no máximo, 100 títulos, conforme os critérios estabelecidos pelo Comitê. Já a pós-graduação terá todos os seus pedidos acatados, o que vai beneficiar, principalmente, os cursos recém-criados, como o Mestrado em Comunicação, que receberá 1.011 títulos.

Uma pesquisa realizada nas bibliotecas que atendem aos cursos de Biblioteconomia, Enfermagem e Geografia constatou que o acervo existente hoje nas bibliotecas atende a apenas 60% da bibliografia básica dos cursos. A expectativa é que, com a compra dos novos livros, esse índice chegue pelo menos aos 80%, explica Soares. “A gente vai fechar uma lacuna, mas temos que caminhar mais”, completa.

De acordo com o diretor, atualmente há uma defasagem de 40% entre o número de títulos e de exemplares existentes nas bibliotecas da UFC, desobedecendo à recomendação do Ministério da Educação de que para cada 10 alunos, haja um exemplar do título que está na bibliografia básica.

O diretor informa ainda que já está em negociação com a Administração Superior da UFC o lançamento, no próximo ano, de um novo edital de compra de livros. Para ele, 2008 está sendo um marco no que diz respeito à melhoria dos acervos das bibliotecas. Porém, ressalta o diretor, é preciso que a ação tenha continuidade.

Há mais de uma década, o acervo bibliográfico da UFC não recebia um investimento dessa magnitude. Conforme lembrou Jonathan Soares, a última grande compra de títulos para as bibliotecas da Universidade havia sido realizada durante a gestão do professor Antônio Albuquerque de Sousa Filho (1991 – 1995). Já entre os anos de 2003 e 2006, durante o reitorado do professor René Teixeira Barreira, foi investido em torno de R\$ 300 mil.

O Sistema de Bibliotecas da UFC é formado por 14 unidades setoriais, que atendem a um público de aproximadamente 37 mil pessoas. Até 2007, seu acervo era formado por 92.977 títulos, em um total de 204.802 exemplares, além de folhetos, teses, dissertações, periódicos, fitas de vídeo e CD-ROMs. **up**

EUREKA!

O CAMPUS EM QUADRINHOS

ROTEIRO E DESENHO
FELIPE LIMA

oficina.quadrinhos.ufc@gmail.com





CETREDE

Centro de Treinamento e Desenvolvimento

CETREDE, vinculado à UFC, há 44 anos, promovendo cidadania.

O CETREDE, instituição vinculada à Universidade Federal do Ceará, desde sua fundação, atua na execução de programas que valorizam o ensino, a qualificação, a profissionalização e a especialização de recursos humanos, ganhando destaque em treinamento e consultoria.

Sempre apoiando as atividades acadêmicas da UFC, o CETREDE vem cumprindo importante papel na formação e capacitação de profissionais, o que se constitui uma forma de socialização do saber gerado na instituição acadêmica.

Av. da Universidade, 2932 - Benfica,
Fortaleza - CE CEP: 60020-181
Informações: (85) 3214.8200
www.cetrede.com.br



SLA/rdkp

Investir em cultura é promover o diálogo do artista com o público e do Nordeste com o mundo. Valorizar a arte e cultura do Nordeste é valorizar o povo nordestino, a sua história e a sua identidade. Por isso, o Banco do Nordeste patrocina diversas manifestações artísticas e mantém 3 Centros Culturais que despertam a curiosidade dos visitantes e atuam como formadores de platéias. São ações integradas ao conceito de economia da cultura. São ações que respeitam as diversas expressões e estilos, resultando sempre no que mais importa: o desenvolvimento social.